

*ANEXO AO CADERNO
DE TEXTOS*

*29º CONGRESSO
do
ANDES-Sindicato Nacional*

Belém - PA, 26 a 31 de janeiro de 2010

**SINDICATO
ANDES
NACIONAL**

**Sindicato Nacional dos Docentes
das Instituições de Ensino Superior**

SCS – Setor Comercial Sul, Q. 2, Bloco C, Ed. Cedro II, 5º andar

Brasília - DF

Fone: (61) 3962-8400

Fax: (61) 3224-9716

Gestão 2008/2010

Presidente: Ciro Teixeira Correia

Secretária Geral: Solange Bretas

1º Tesoureiro: José Vitório Zago

Diretor responsável por Imprensa e Divulgação: Manoel Luís Martins da Cruz

Secretária Administrativa: Maria de Fátima Alves da Silva

home page: <http://www.andes.org.br>

E-mail: secretaria@andes.org.br

SUMÁRIO DOS TEXTOS

TEMA 1 – MOVIMENTO DOCENTE E CONJUNTURA		
Texto 30 - Malditos Fernandos - <i>Contribuição do professor Raimundo Nonato Nunes – sindicalizado da ADURN S.Sind.</i>		007
Texto 31 – Contrarreformas e lutas do ANDES-SN: breve balanço e desafios da atual conjuntura - <i>Contribuição da APRUMA Seção Sindical do ANDES-SN, aprovada em 5 de janeiro de 2010.</i>		009
Texto 32 – Fortalecer o ANDES e a unidade da classe trabalhadora – <i>Contribuição da Delegação da ADUFF-SSind</i>		013
TEMA 2 – CENTRALIDADE DA LUTA		
Texto 33 – Centralidade com o protagonismo dos professores – <i>Contribuição da Assembleia Geral da APUFSC-SSind.</i>		017
TEMA 3 – POLÍTICAS SOCIAIS – POLÍTICA EDUCACIONAL, GERAIS E DIREITOS E ORGANIZAÇÃO DOS TRABALHADORES.		
Texto 34 – “Função de Garante” e o exercício da docência – <i>Contribuição dos professores Almir Serra Menezes Filho, Delando Nasário de Medeiros, Francisco Welson L. da Silva, Hiran César da Silva, Ibiraci Maria Fernandes Rocha, José Humberto de Araújo, Leonides Brunet, Manuel Claudemir Silva Caldas, Maria Cristina de Moraes, Maria Goretti Cabral Barbalho, Raimundo Nonato Nunes, Teresinha Dantas de Sousa, Zilda Luiz Maria, Luís Guilherme – sindicalizados da ADURN-S. SIND.</i>		021
Texto 35 – Um debate necessário - <i>Contribuição dos professores Almir Serra Menezes Filho, Delando Nasário de Medeiros, Francisco Welson L. da Silva, Hiran César da Silva, Ibiraci Maria Fernandes Rocha, José Humberto de Araújo, Leonides Brunet, Manuel Claudemir Silva Caldas, Maria Cristina de Moraes, Maria Goretti Cabral Barbalho, Raimundo Nonato Nunes, Teresinha Dantas de Sousa, Zilda Luiz Maria, Luís Guilherme – sindicalizados da ADURN-S. SIND.</i>		025
TEMA 4 – QUESTÕES ORGANIZATIVAS E FINANCEIRAS		
Texto 14 – Acréscimo ao TR 14 - Homologações de seções sindicais – <i>Diretoria do ANDES-SN</i>		029
Texto 36 – Alterações Estatutárias - <i>Contribuição da Assembleia Geral da ADUFFPel S.Sind.</i>		030
Texto 37 – Alteração Estatutária: excluir a restrição das seções sindicais multiinstitucionais às IES privadas, estendendo essa possibilidade aos demais setores - <i>Contribuição dos professores: Dálvio Dias, Etienne Beirão Friedrich, José Vieira Lima, Márcio Antônio de Oliveira, Paulo César de Souza Ignácio, Renato Françoso de Ávila e Rogério Rezende Pinto - sindicalizados da APESJF-SSIND.</i>		031

Texto 38 – Sindicalização dos docentes dos Institutos Federais – <i>Contribuição da Assembleia Geral da APUFPR S.Sind.</i>	034
Texto 39 – Repasses das seções sindicais – <i>Diretoria do ANDES-SN</i>	036
TEMA 5 – PLANO DE LUTAS – GERAL, EDUCAÇÃO, DIREITOS E ORGANIZAÇÃO DOS TRABALHADORES.	
Texto 40 – Transposição dos professores aposentados e pensionistas na construção da Carreira - <i>Contribuição dos professores Ester Wayne Nogueira, Helio Neis, Beatriz Weber de Moraes, Maria Julia Piaggio, Carlitos Schallenger, Lia Tereza Rauber da Silva, Sônia Berenice da Silva Tolfo, Maria Beatriz Bolzan de Moraes Carnielutti, Zeferino Gilberto da Silva, Reinaldo Pedroso da Silva – Sindicalizados da SEDUFSM</i>	058
Texto 41 – Algumas considerações sobre uma nova carreira – <i>Contribuição do prof. Francisco José Pereira de Campos Carvalho – Sindicalizado da APUFPR S.Sind.</i>	061
Texto 42 – Carreira Docente - <i>Contribuição dos Delegados da Adusp - S. Sind. ao Congresso (Arsenio Peres, Carla Carvalho, César Minto, Flávio Tavares, Helder Garmes, João Zanetic, Kimi Tomizaki, Manoel Fernandes, Osvaldo Coggiola, Rosângela Sarteschi, Rubens Barbosa, Sérgio Souto).</i>	063
Texto 43 – Carreira Docente - <i>Contribuição da Assembleia Geral da ADUFPel S.Sind.</i>	066
Texto 44 – Aposentadoria - <i>Contribuição da Assembleia Geral da ADUFPel S.Sind.</i>	068
Texto 45 – Aposentadoria - <i>Contribuição da Assembleia Geral da ADUFPel S.Sind.</i>	069
Texto 46 – Aposentadoria - <i>Contribuição da Assembleia Geral da ADUFPel S.Sind.</i>	070
Texto 47 – Sugestões (e Desafios) para uma Política de Comunicação ao ANDES-SN - <i>Contribuição da Assembleia Geral do SINDUEPG</i>	071
TEMA 6 – PLANO DE LUTAS - SETORES	
Texto 48 – Financiamento de Campanhas políticas; público ou privado? – <i>Contribuição do prof. Althen Teixeira Filho – Sindicalizado da ADUFPel S.Sind.</i>	076
Texto 49 – Parâmetros para a nova Carreira Docente - <i>Contribuição dos professores Carlos Alberto Pessoa Mello Galdino, Eronivaldo Fernando Dantas Pimentel, Francisco Jaime Mendonça, Franklin Tupinambá Paes de A. Vieira, Guilherme Costa Varela, Helena Maria Barros Padilha, Irani de Farias Coutinho, Jane Sheila Higino, Jarbas Souza, José Audísio Costa, José Luis Simões, Juliana Carrazone Borba, Márcia de Barros Correia, Marcos José Vieira de Melo, Marsílio de Alencar Sá Leitão, Jane Sheila Higino, sindicalizados da ADUFEPE-SSIND.</i>	081
Texto 50 – Docentes do Ensino Superior – A hora é de lutar e de afirmar a nossa dignidade! – <i>Contribuição da Assembleia Geral da SESDUFT, realizada em 18/12/2009</i>	082

Os Textos Resolução receberam a mesma numeração que os Textos Apoio correspondentes. No caso de Texto Apoio sem Resolução, seu número foi preservado para que, porventura, sejam utilizados como propostas de Resoluções durante o evento.

SUMÁRIO DOS TR

TEMA 2 – CENTRALIDADE DA LUTA	
TR 33 – Centralidade com o protagonismo dos professores	019
TEMA 3 – POLÍTICAS SOCIAIS – POLÍTICA EDUCACIONAL, GERAIS E DIREITOS E ORGANIZAÇÃO DOS TRABALHADORES.	
TR 34 - “Função de Garante” e o exercício da docência	024
TR 35 - Um debate necessário -	027
TEMA 4 – QUESTÕES ORGANIZATIVAS E FINANCEIRAS	
TR 14 - Acréscimo ao Texto 14 - Homologações de seções sindicais	029
TR 36 - Alterações Estatutárias	030
TR 37 - Alteração Estatutária: excluir a restrição das seções sindicais multiinstitucionais às IES privadas, estendendo essa possibilidade aos demais setores.	033
TR 38 - Sindicalização dos docentes dos Institutos Federais	035
TEMA 5 – PLANO DE LUTAS – GERAL, EDUCAÇÃO, DIREITOS E ORGANIZAÇÃO DOS TRABALHADORES.	
TR 40 - Transposição dos professores aposentados e pensionistas na construção da Carreira	059
TR 42 - Carreira Docente	065
TR 43 - Carreira Docente	066
TR 44 - Aposentadoria	068
TR 45 - Aposentadoria	069
TR 46 - Aposentadoria	070
TEMA 6 – PLANO DE LUTAS - SETORES	
TR 48 - Financiamento de Campanhas políticas; público ou privado?	080
TR 49 - Parâmetros para a nova Carreira Docente	081
TR 50 - Docentes do Ensino Superior – A hora é de lutas e de afirmar a nossa dignidade!	083

TEMA 1 - MOVIMENTO DOCENTE E CONJUNTURA

TEXTO 30

Contribuição do professor Raimundo Nonato Nunes – sindicalizado da ADURN S.Sind.

MALDITOS FERNANDOS

Já se vão muitos anos, quando da eleição primeira presidencial ungida pelo voto direto, pós-ditadura militar, momento melancólico da vida brasileira, de recordações dolorosas, das quais não devemos olvidar, e delas extrairmos ensinamentos valiosos para nos fortalecer no futuro.

Candidatara-se à presidência da república, o então governador de Alagoas, um engravatado, que à época já se destacara, em tendo feito um grande acordo com os usineiros do seu Estado, isentando-os de alguns impostos lesando dessa forma o povo pobre, pagador fiel dessas contribuições.

Collor de Melo, play boy, inconsequente, protagonista de muitas arruaças, participe de um grupo de desocupados brasilienses que, estupraram e mataram uma garota de nove anos de idade. Fazia parte do grupo Alfredo Buzaid Filho, cujo genitor era o Ministro da Justiça. Que penalidades sofreram esses marginais? Nada!

Pois bem, com todo esse histórico de sujo, esse indivíduo foi apoiado pela elite, forças armadas, igreja e outros setores reacionários da sociedade brasileira. A sua plataforma de campanha era: a caça aos Marajás. Falácia, cinismo, hipocrisia, visto que, o próprio fazia parte dessa casta predominante no nosso país. A eles tudo era permitido, roubar, matar, transgredir de forma geral.

Em sendo casado com uma socialite, ligada a Rede Globo de Televisão, teve como dote, o Governo Biônico do Estado de Alagoas. Pobre povo de Alagoas!

Seguia-se o mandato do Prof. FHC, filho de General de Exército forjou no período da ditadura militar autoexílio, dizendo-se militante de esquerda, esteve presente nas grandes manifestações populares contra o regime de exceção, credenciando-se como opção confiável a comandar os destinos do país.

Uma farsa, apropriou-se dessa aparição pública para induzir o povo, basicamente os intelectuais e os despolitizados seguimento da população, que fazia restrição ou candidato concorrente, dado ou seu nível de escolaridade. Nesse momento, o seu véu havia caído, as pessoas politicamente atualizadas e descompromissadas com as possíveis trocas de favores não lhe concederam o voto.

Seu Governo caracterizou-se pela entrega do patrimônio público à iniciativa privada, de forma irresponsável, inconsequente e lesiva ao país, pois o BNDS, foi o grande financiador das privatizações, facultando aos seus patrocinadores de campanha os vultuosos financiamentos com o dinheiro do povo.

Presenciaram-se enormes escândalos, de forma que houve grandes investidas no sentido de que, fosse viabilizado o seu *impeachment*, não acontecendo êxito, graças a sua habilidade de corromper a calhordada política vigente.

Articulando às privatizações das empresas estatais de grande valor monetário e estratégico, esse vendilhão, por pouco não negociou o Banco do Brasil e a Petrobras, essa última, deixando um espaço para os americanos de 40%, do capital da empresa.

Um autentico lesa pátria. Se nossas leis contemplassem a prisão perpetua, seguramente seria agraciado com essa sanção, destinada a traidores.

Viajante incorrigível programou viagens globais empavonando-se com altas recepções a ele oferecidas pelos seus atributos de poliglota e de intelectual. Na verdade, a expectativa do povo brasileiro era a de que, o mesmo, se projetasse, enquanto liderança impondo a soberania do país diante das potências do mundo ao sustentar posições em defesa de sua pátria. Porém, o que se viu foi um líder submisso, um vassalo obediente às pressões e interesses externos, em detrimento aos nossos.

Deparamo-nos com outro Fernando, bem próximo a nós.

Chegou ao Ministério da Educação, produto de um artifício das instituições privadas de ensino, primeiro, segundo grau e superior. Uma raposa a guarnecer o galinheiro!

A retórica: melhorar e ampliar a qualidade do ensino do primeiro e segundo graus, esquecendo que esse procedimento está ligado a qualificação e ampliação do atendimento nas Universidades Públicas. Para isso, urge um procedimento de valorização dos profissionais dessas instituições, cujos salários e condições de trabalho estão defasados, em relação a outras categorias.

Radicalizou no projeto da reforma universitária, gestado nos camarins do Governo sem a participação dos maiores protagonistas do processo, os professores, verdadeiros conhecedores das necessidades da entidade. Essa investida do Governo, tem como primazia, a desqualificação do ensino reduzindo-o a um patamar de serviços prestados ao mercado fugindo à égide da construção e pautando-se, tão somente, na execução.

Portanto, macacos repetidores impossibilitando-nos de contribuir na descoberta e construção de novas tecnologias.

Assim, dependentes diretos de tecnologias importadas, como se sabe de alto custo financeiro, onerando os cofres públicos e propiciando a emissão de divisas para o exterior, empobrecendo o país e favorecendo outras sociedades.

Alegando expandir o ensino superior nas universidades, resolve comprar vagas inadimplentes nas faculdades privadas, resolvendo o problema financeiro dos seus padrinhos, quando o viés correto seria: contratar novos funcionários e professores para suplantar a carência de pessoal nas Universidades Públicas.

Pode-se afirmar que, o Ministro da Educação do Estado Brasileiro é o legítimo representante da iniciativa privada no Staf desse Governo.

Denunciemos à sociedade brasileira, com todas às letras, as intervenções danosas perpetradas pelo Governo ao ensino público no nosso país.

Até à vitória.

TEXTO 31

Contribuição da Assembleia Geral da Associação de Professores da UFMA - APRUMA – Seção Sindical do ANDES-SN, aprovada em 5 de janeiro de 2010.

CONTRARREFORMAS E LUTAS DO ANDES-SN: BREVE BALANÇO E DESAFIOS DA ATUAL CONJUNTURA

1 – Introdução

Em tese apresentada no 54º CONAD do ANDES-SN, Madeira, Gomes e Teixeira (2009, p. 10)¹ ressaltaram que “embora todos tenham pelo menos uma noção de algumas mudanças recentes nas universidades, isso deve ser melhor apreendido. As táticas de lutas não podem ser baseadas apenas em impressões”. Reivindicamos esse entendimento e os aspectos centrais da referida tese, e para o 29º Congresso do ANDES-SN pretendemos contribuir nas reflexões relativas ao fortalecimento do movimento docente autônomo, democrático e classista - para enfrentar os ataques à carreira docente e as contrarreformas universitária e da previdência,

Após essa introdução apresenta-se uma síntese da evolução da contrarreforma universitária e alguns aspectos da contrarreforma da previdência, bem como os enfrentamentos às mesmas pelo ANDES-SN. Na terceira parte destacam-se algumas particularidades da implementação de políticas neoliberais no governo Lula. Nas considerações finais apontam-se alguns desafios e tarefas para a atual conjuntura, na perspectiva de fortalecer as lutas e o caráter classista do nosso sindicato.

2 – Conarreformas e lutas do ANDES-SN

Conforme Lima (2007)² a contrarreforma universitária no Brasil teve início no Governo Collor (1990-92), no contexto de adaptação do país às indicações do chamado “Consenso de Washington”. Embora alguns elementos das propostas governistas tenham se viabilizado ao longo da década de 90, a força dos movimentos populares e do ANDES-SN, em particular, impediu a viabilização de parte significativa das políticas para a educação superior. Entre outros elementos que podem ser apontados nesta direção podemos citar a não implementação de cobrança de mensalidade dos estudantes, a permanência do financiamento das IFES pelo governo federal, a não extinção da CAPES e a permanência dos docentes e técnicos administrativos na qualidade de servidores públicos estatutários.

O governo Itamar Franco deu continuidade às políticas do governo de Collor, principalmente no que diz respeito à ampliação de espaços na educação para o setor privado e maior flexibilidade na autorização para funcionamento de cursos de graduação. Instituiu também a Lei 8.958/94, que trata das relações entre as IFES e as fundações ditas de apoio. Como ficou mais claro a partir da segunda metade da década de 1990, esse fato representou uma grande derrota para o movimento docente, e sua viabilização foi favorecida pelo relativo refluxo das lutas da classe trabalhadora já nesta fase, comparada à anterior.

¹ Welbson do Vale Madeira, Vilemar Gomes da Silva, Catarina Malcher Teixeira. **Categoria docente e classe trabalhadora: desafios para o ANDES-SN**. Anexo ao Caderno de textos do 54º CONAD do ANDES-SN. Curitiba: ANDES-SN, 2009.

² Kátia Lima. **Conarreforma na educação superior: de FHC a Lula**. São Paulo: Xamã, 2007.

No governo FHC (1995-2002) os movimentos da comunidade universitária brasileira continuaram a enfrentar bravamente a contrarreforma universitária e obtiveram importantes vitórias. Todavia, sofreram derrotas no contexto mais amplo de seus direitos sociais, da mesma forma que outros setores classe trabalhadora brasileira, principalmente os servidores públicos federais.

Dentre as várias medidas governamentais com impactos sobre a educação superior, a carreira e o movimento docente podemos listar (LIMA, 2007):

- a) Planejamento Estratégico do MEC (1995 – 1998), que estimulou parcerias das IFES com o setor privado;
- b) Promulgação da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB, Lei 9.394/96), afinada com as avaliações e programas neoliberais;
- c) Decreto-Lei 2.207/97, que estabeleceu o Sistema Federal de Educação Superior composto por universidades e vários outros tipos de instituições nas quais não estava presente o tripé ensino, pesquisa e extensão;
- d) Lei 9.678/98, que instituiu a famigerada Gratificação de Estímulo à Docência (GED), após uma das maiores greves docentes e traição do grupo que hoje constituiu o fórum de professores de instituições federais de ensino superior (proifes);
- e) Lei 10.187/2001, instituindo a Gratificação de Incentivo à Docência (GID), para docentes de 1º e 2º graus;
- f) Lei de Inovação Tecnológica (PL 7.282/2002), que estimulou a participação de pesquisadores das IES em projetos do setor privado.

Assim como os demais servidores públicos federais (spfs), os docentes das IFES tiveram seus salários archoados e passaram a sofrer consequências da contrarreforma previdenciária nos governos FHC e Lula. Nesse sentido, no período de 1998 a 2005 foram estabelecidas as Emendas Constitucionais 20, 41 e 47, tendo como consequências, entre outras, as seguintes: aposentadoria integral condicionada ao limite mínimo de 10 anos de exercício no serviço público e idade mínima de 60 anos para homens e 55 para mulheres; fim da obrigatoriedade do valor da aposentadoria corresponder à última remuneração do servidor público; introdução do cálculo do valor da aposentadoria pela média das contribuições previdenciárias, como ocorre no Regime Geral de Previdência Social (RGPS); introdução da cobrança sobre o valor das aposentadorias e pensões – 11% sobre a parcela que superar o limite estabelecido no RGPS (BATICH, 2010).³

Registre-se que exatamente no processo de enfrentamento à contrarreforma previdenciária explicitou-se a divisão de dois grandes campos no movimento sindical brasileiro: um que se converteu essencialmente em uma correia de transmissão do governo Lula - ancorado pela CUT, e outro que permaneceu combativo e autônomo - e originou a Coordenação Nacional de Lutas (CONLUTAS). Esse fato, juntamente com os efeitos das contrarreformas universitária e da previdência, são muito importantes para avaliar a atuação do ANDES-SN nos últimos anos.

3 – A complexificação das lutas no Governo Lula

A partir de 2003 o movimento docente classista e autônomo passou a experimentar a conjuntura mais complexa de sua história. Teve que enfrentar um governo autoritário, populista, com altos índices de popularidade e firmemente decidido a cooptar organizações de trabalhadores e destruir as que lhe fizessem oposição, sendo o ANDES-SN o principal exemplo.

³ Mariana Batich. A previdência social sob a mira dos fundos de pensão. In. MARQUES, R.M e FERREIRA, M. R. J, **O Brasil sob a nova ordem. A economia brasileira contemporânea – uma análise dos governos Collor a Lula**. São Paulo: Saraiva, 2010.

O governo Lula aprofundou as contrarreformas iniciadas na década de 1990, apoiou o setor privado na educação por meio de favores fiscais e tributários, estimulou as “saídas individuais” para complementação salarial nas universidades e praticou uma irresponsável expansão dos cursos de graduação, que precarizou ainda mais o trabalho docente. Para isso, contou com os decisivos apoios da CUT, da UNE, da ANDIFES, e o proifes – este último criado para tentar destruir o ANDES-SN.

Como consequência das contrarreformas e das políticas salariais implementadas pelos governos FHC e Lula, têm-se hoje, em determinado sentido, várias “categorias docentes”, que em alguns casos têm interesses específicos.

Verificando-se o conjunto das IFES no Brasil, notar-se-ão significativas diferenças no que diz respeito às condições salariais e de trabalho dos docentes. Entre outros elementos relacionados a este fato podemos citar os decorrentes das diferenças no nível de formação docente, das diferenças no período de ingresso no serviço público, da “maturidade” e localização das IFES, das possibilidades de engajamento de docentes em projetos de pesquisas e de extensão e do envolvimento em outras atividades desenvolvidas por meio das chamadas fundações de apoio.

4 – Considerações finais

Apreender melhor a complexidade da atual conjuntura e as mudanças no perfil da categoria docente deve ser uma das tarefas prioritárias do ANDES-SN, de suas seções sindicais e das vice-presidências regionais, inclusive nos Estados em que as reitorias cooptaram as organizações dos docentes. O cumprimento dessa tarefa, por sua vez, deve favorecer o estabelecimento das táticas de lutas e as eventuais alianças políticas, dentro e fora das universidades.

Numa outra perspectiva, o ANDES-SN deve socializar com o conjunto da categoria alguns indícios da incompatibilidade entre a permanência do capitalismo e a própria sobrevivência da humanidade. Há de se ressaltar que a generalização mundial do padrão de consumo dos chamados países desenvolvidos é inviável do ponto de vista do uso dos recursos naturais disponíveis. Que o aparentemente desejável “crescimento econômico” é sinônimo de mais destruição do ambiente, concentração de riqueza e aumento da barbárie nos centros urbanos. Vale lembrar, aliás, que nos países subdesenvolvidos 78,2% da população urbana reside em favelas, cujo altíssimo crescimento nas duas últimas décadas está associado à pobreza, a ponto de o reacionário Banco Mundial registrar que este é o problema “mais importante e politicamente explosivo” do século XXI (DAVIS, 2006, p. 31).⁴

Reafirma-se aqui, portanto, o entendimento de que “a militância sindical deve ser encarada como mais uma atividade de formação do indivíduo disposto a trabalhar pelo coletivo, pois complementa a sua visão do todo e prepara-o para uma melhor intervenção na universidade como docente” (CADERNO ANDES n. 2, p. 29)⁵. Por outro lado, deve-se considerar a complexificação da nossa categoria nos últimos anos e a heterogeneidade da formação teórica dos docentes. Dessa forma, muitos colegas têm uma “consciência” que se pode considerar conservadora por falta de informações, e não necessariamente por terem feito uma opção pelas classes dominantes. Parte da categoria, de fato, às vezes não percebe distorções e mentiras apresentadas pelos governos e pela imprensa.

Na atual conjuntura, por exemplo, a bravata de Lula de que a crise já passou e que os próximos anos serão de crescimento e prosperidade para o Brasil, tem convencido muitas pessoas. Entretanto, permanece a crise capitalista mundial. Há de se estimular, portanto, a reflexão sobre o que significa a tendência de superprodução de

⁴ Mike Davis. **Planeta favela**. Tradução de Beatriz Medina. – São Paulo: Boitempo, 2006.

⁵ Caderno ANDES – n. 2. 3ª edição atualizada e revisada. Brasília: ANDES-S, 2003.

mercadorias em nível mundial, os limites de crescimento industrial de países que funcionaram como “locomotivas” nos últimos anos, o maior endividamento e inadimplência das famílias em todo o mundo, a altíssima queda de investimentos externos diretos na Europa e nos E.U.A. nos anos de 2007 a 2009 e as fragilidades estruturais da economia brasileira, que permanece dominada por grandes oligopólios globais.

Por todos os aspectos elencados, consideramos necessário e possível fortalecer o movimento docente autônomo e combativo, capaz de responder às questões conjunturais e às relacionadas aos interesses históricos da classe trabalhadora. Nessa perspectiva, é imprescindível uma ampla campanha de filiação de docentes às seções sindicais do ANDES-SN e a efetiva implementação de um plano nacional de formação política. Este último aspecto, aliás, é fundamental para o fortalecimento da perspectiva classista de nosso sindicato. “Aqueles que não suportam a miséria, são os que se juntam à luta. Para que o dia seja hoje, e não um dia qualquer por chegar” (Bertold Brecht).

TEXTO 32

Contribuição da Delegação da ADUFF-SSind

FORTALECER O ANDES E A UNIDADE DA CLASSE TRABALHADORA

De acordo com os “formadores de opinião”, nos meios de comunicação, a crise mundial, após o colapso do Lehman Brothers, já teria sido ultrapassada. A intenção é clara: escamotear a dimensão estrutural de mais uma crise do capital e fazer crer que ao final do túnel a retomada do crescimento. Ao interpretar a realidade com base unicamente em fatos imediatos, dissociados do seu contexto histórico, essas análises não levam em conta a acentuação da contradição vital com a qual a sociedade mundial se defronta mais intensamente neste início do século XXI, produção destrutiva do capital, degradação do planeta, precarização e intensificação da exploração do trabalho, redução de direitos trabalhistas, dentre outras.

Todas as operações de resgate adotadas pelos Estados diante da crise capitalista fomentam uma ilusão que ao ser difundida e, por força da crise, contribuiu para que a grande maioria da população mundial veja como natural a escandalosa transferência de fundos públicos para salvar bancos e empresas. Ilusões, que têm como base real, um conjunto expressivo de medidas implementadas pelos governos e que vem contribuindo, de fato, para reduzir alguns dos efeitos da crise.

No Brasil, além da transferência de vultosas quantias de dinheiro público para socorrer o setor empresarial, o aumento dos recursos para as políticas focalizadas do governo, o programa Minha casa, Minha Vida, a ampliação do volume e da acessibilidade do crédito em diversas áreas e a redução da taxa Selic perfazem, entre outras, um conjunto de medidas que associadas à uma reserva cambial superior a U\$ 200 bilhões, permitiram que os efeitos da crise fossem atenuados. Não há dúvida que essas ações nos ajudam a entender, em grande parte, os índices de popularidade de Lula da Silva e a ampla margem de manobra que o governo teve até agora para assegurar os interesses de sua base de sustentação, com cortes e investimentos em políticas sociais com parcerias privadas. Uma combinação perversa de política econômica de corte neoliberal e políticas sociais compensatórias incapazes de responder à escandalosa desigualdade social.

Para estimular o consumo, o governo lançou mão de renúncias fiscais significativas, como redução da alíquota do Imposto de Renda para imóveis, de Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para materiais de construção, para automóveis, caminhões, produtos da linha branca e 70 tipos de bens de capital. A alíquota de PIS/Cofins para pão comum e farinha de trigo foi reduzida, assim como a Cofins e o Imposto sobre operações Financeiras (IOF) para motos. Para aliviar a falta de crédito, o governo reduziu o depósito compulsório que os bancos devem obrigatoriamente manter sob custódia do Banco Central, liberando mais de R\$ 20 bilhões para irrigar o mercado. A taxa básica de juros foi reduzida. Passou de 12,75% em dezembro de 2008 para 8,75% em julho de 2009.

Com o anúncio de que as contas do PIB tiveram uma alta de 1,9%, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o governo indicou o fim da recessão no 2º trimestre deste ano e há previsões de crescimento da economia de pelo menos 5% para 2010.

Em função da série de medidas compensatórias, Lula pode atribuir aos pobres à reação da economia: “Graças ao povo brasileiro e, sobretudo, à parte mais pobre desse país, a economia sobreviveu com o comércio crescendo praticamente durante 23 meses seguidos”. Contudo, tal afirmativa esconde a crescente dependência de propostas efêmeras, que podem ser descontinuadas a qualquer momento, além do crescente endividamento da população.

Diante desses indicadores que o governo utiliza para surfar na “marolinha” da crise, nenhuma palavra sobre o fato de que a massa salarial na indústria brasileira de transformação diminuiu R\$ 13 bilhões em um ano de crise. A soma dos salários pagos pelas empresas do setor caiu de R\$ 190 bilhões para R\$ 177 bilhões entre outubro de 2008 e setembro de 2009.

O diretor do Departamento de Competitividade e Tecnologia da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) demonstra que o estrago da crise no mercado de trabalho na indústria foi além do corte no emprego. No período analisado, a massa de salários caiu 5,3%, a produção industrial 8% e o emprego, 4,1%. As empresas cortaram horas extras, demitiram os funcionários de maiores salários, e firmaram acordos para redução “temporária” de jornada e de salários na fase mais aguda da crise.

Ou seja: apesar da retomada da atividade econômica observada desde o início de 2009, tanto a produção quanto a massa salarial e o emprego continuam abaixo dos níveis do período anterior à crise.

Em apoio ao discurso sobre os êxitos governistas no enfrentamento da crise, a cooptação das maiores centrais sindicais brasileiras, da UNE e de diversos movimentos sociais tem atuado de forma decisiva contra a ampliação da consciência crítica da classe trabalhadora e a necessidade de mobilização para enfrentar e responder aos efeitos da crise sobre suas condições de vida. Mesmo nessas condições é preciso registrar as demonstrações de resistência de inúmeras categorias que ousaram ir à luta em defesa de seus direitos e reivindicações. É notável o embate travado, entre outros, pelos trabalhadores dos correios, da previdência em São Paulo, do MST, de petroleiros.

Cabe lembrar que em janeiro de 2009 numa plenária que reuniu, aproximadamente, 1000 sindicalistas no Fórum Social Mundial a avaliação mostrou que diante da expectativa dos efeitos da crise sobre as condições de vida da classe trabalhadora brasileira, os militantes do sindicalismo autônomo e combativo precisariam se unificar para criar um instrumento que organizasse as lutas imediatas e ajudasse a pavimentar caminho para a construção do socialismo. Dessa avaliação foi elaborado um plano de lutas, um calendário de debates visando construir as bases da unificação e a decisão de realizar um CONCLAT para fundar uma nova Central do setor autônomo e combativo do movimento sindical.

Em que pese o acerto da decisão tomada, não há, entretanto, como negar que este processo de reorganização acontece em meio a um período contraditório de refluxo e fragmentação, no qual a ausência de ascenso da classe trabalhadora tende a conferir às tensões e embates entre as forças políticas que estão à frente da organização, uma enorme proeminência.

Neste sentido, entendemos que é importante ressaltar que:

I) as medidas adotadas pelo governo Lula da Silva para atenuar os efeitos da crise e o controle que exerce sobre parcela importante do movimento social dificultaram a reação da classe trabalhadora neste período, o que, guardadas as particularidades de cada categoria, repercutiu sobre o conjunto da ação sindical;

II) o processo de reorganização da classe se dá num contexto de refluxo, o que o torna extremamente frágil e faz com que a construção de patamares mais sólidos exija

um esforço ainda maior de unidade com os diversos movimentos sindicais e populares com vistas à construção de um calendário comum e de ampliação do debate nas bases dos sindicatos.

Este quadro tem acarretado uma enorme dispersão e ausência de mobilização da categoria, e requer um considerável esforço conjunto capaz de realizar uma análise ainda mais ampla e profunda da conjuntura, para que possamos fortalecer nossa ação sindical e disputar cotidianamente a consciência da base da categoria.

Nesse contexto, é fundamental que o ANDES-SN intensifique o diálogo com a categoria mostrando como as nossas pautas internas de reivindicações se articulam às lutas mais gerais contra as políticas neoliberais do governo Lula da Silva e, em especial as que atingem as Instituições Federais de Ensino Superior. De fato, é no âmbito dessas políticas que se torna possível compreender a contra-reforma universitária em curso e as renovadas ameaças ao projeto de Universidade pública que defendemos.

A expansão precarizada do ensino superior via Reuni, articulada à desobrigação com o funcionamento público das IFES (Instituições Federais de Ensino Superior) e ao “empreendedorismo” acadêmico e seus congêneres - cursos pagos, parcerias subordinadas a interesses privados e os escândalos das chamadas Fundações Privadas ditas de “apoio” -, compõem, como sabemos, o quadro de deterioração das condições trabalho e do *ethos* da vida universitária. As alterações na carreira docente (de flexibilização do regime de Dedicção Exclusiva, da criação de mais um nível da carreira docente- Professor Sênior, de avaliação e remuneração produtivistas do trabalho docente) apresentadas pelo governo confirmam nossas piores previsões, acentuando a mercantilização do conhecimento e do trabalho acadêmico e, com elas, a perda da autonomia universitária, avançando na consolidação de um novo projeto de universidade que vai de encontro ao que defendemos. Assim, estarão a exigir de todos nós atenção e disposição de luta renovadas.

Não podemos nos iludir quanto às intenções do governo de frear a ação autônoma e independente do ANDES-SN. Por essa razão é importante fortalecer as ações do ANDES junto à base. Somente desta forma será enfrentar os aliados do governo junto categoria, que não estão paralisados e entram em cena com novas táticas de disputa, priorizando especialmente o âmbito local para o aprofundamento da construção de alianças em bases mais sólidas com as administrações locais, visando o aprofundamento da contra-reforma universitária do governo Lula da Silva.

TEMA 2 – CENTRALIDADE DA LUTA

TEXTO 33

Contribuição da Assembleia da APUFSC-SSind

CENTRALIDADE COM O PROTAGONISMO DOS PROFESSORES

TEXTO DE APOIO

Esta contribuição foi elaborada a partir da experiência que temos vivido na Universidade Federal de Santa Catarina. Como nas demais IES, vivemos condições de trabalho precárias e uma intensificação desumana das jornadas de trabalho, num clima desestimulante que é reforçado pelas perspectivas sombrias que rondam a aposentadoria, pois o governo faz reforma previdenciária até mesmo por meio de modificações na carreira. Ao mesmo tempo em que promove mudanças na organização da carreira e apresenta novas propostas de mudanças, o governo implanta, na prática, o princípio da carreira *solo*, a individualização da realização do trabalho e, ainda, a responsabilização dos indivíduos relativamente às condições de trabalho, já que a estes compete também materializar a rubrica “recursos próprios” dos orçamentos universitários. O trabalho rouba do professor o tempo necessário para produzir conhecimento e suas exigências de estudar e pensar, que são componentes intrínsecos ao trabalho docente e científico e rouba, ainda, o tempo do descanso, do lazer, do convívio com a família. Resta uma produtividade capenga, por faltar espaço ao estudo e à reflexão elaborativa e crítica como condições intrínsecas à produção de conhecimento e tecnologia e ao ensino de nível superior.

As condições atuais de realização do trabalho docente, brevemente indicada no parágrafo acima, impõem uma centralidade da luta do sindicato, em torno da qual, outras se desenvolvem. Trata-se, pois de eleger ou definir exatamente aquilo que, neste momento, sintetiza as apreensões da categoria com relação ao seu dia-a-dia e a sua perspectiva de futuro. E que, uma vez definida essa centralidade, a mesma deverá se desdobrar num conjunto de reivindicações e ações que deverão estar presentes no plano de lutas. Ou seja, eleita esta centralidade, precisamos definir ações articuladas em âmbitos nacional e local com as quais os professores se identifiquem e possam ser seus protagonistas e que, portanto, se mobilizem em torno delas.

Apresentamos esta contribuição na forma de um TR substitutivo ao TR 4, da Diretoria do ANDES-SN, e não na forma de emendas, porque consideramos que há um problema metodológico de fundo a ser resolvido pelo 29º CONGRESSO. O ponto de partida e o ponto de chegada do TR 4 são as organizações e não a categoria. Inicia com a construção de uma central ampla, passa pelo ANDES-SN e termina com a afirmação de que “torna-se central reorganizar as seções sindicais nos locais onde foram desvinculadas do Sindicato Nacional e desenvolver o trabalho de sindicalização dos novos docentes”. A base aparece como força coadjuvante do sindicato, chamada a se mobilizar em defesa dele enquanto sua consciência seria disputada em prol do projeto de universidade. Das questões sentidas pelos professores, somente a carreira aparece na centralidade da luta, mas apenas em acréscimo ao projeto de universidade. Pensamos que a carreira e o projeto de universidade devam comparecer porque a degradação das condições de trabalho está ocorrendo por obra de uma ação política decorrente de um modelo de ensino superior e produção científica definidas no âmbito de órgãos governamentais.

Porém, certamente, o grande problema que os professores encontram para lutar pelo atendimento das suas reivindicações é a fragmentação da sua organização em torno de uma entidade sindical. Em outras palavras, a divisão sindical trabalha ou, na verdade, conspira contrariamente aos interesses dos professores. Portanto, no terreno organizativo, a centralidade deve ser a luta pela reconquista da unidade do movimento sindical docente. A divisão poderia ser um problema secundário, caso todas as organizações existentes estivessem dispostas a lutar em defesa dos interesses da categoria. Ocorre que a divisão é incentivada exatamente para evitar a unificação das lutas e assim fortalecer a posição do governo no enfrentamento à resistência às políticas que tenta impor. O PROIFES, tendo a CUT e o SRH/MPOG como avalistas, se apresenta como o grande protagonista de um novo tempo no qual supostamente não precisaria mais haver lutas, como se todos os problemas dos professores fossem se resolver por meio de um sindicalismo cuja grande arma é o “diálogo”, através do qual é possível conseguir os “melhores” resultados. Na verdade, o sindicalismo sem enfrentamentos é uma necessidade para a implementação de toda a reforma universitária, cuja conseqüência mais visível é a degradação acentuada das condições de trabalho nas IES. Esse é o modelo sindical mais adequado para uma universidade acrítica, não reflexiva sobre suas práticas e que foi rapidamente assimilado pelos setores entusiastas do empreendedorismo universitário, que constituem a base social da divisão sindical que vem ocorrendo nas IFES. Trata-se de um sindicalismo importante para garantir que a precarização do trabalho docente não se torne um entrave para as modificações que se deseja introduzir. Por esta razão, não tem futuro, pois mesmo os entusiastas do empreendedorismo, das soluções individuais, trabalham sob condições precárias, o que, no longo prazo, certamente não tem sustentação.

Neste contexto político, entendemos que a mola propulsora para o enfrentamento aos atos divisionistas, neste momento, deve ser a ampliação do diálogo interno, de base, entre as seções sindicais, fortalecendo ou exercendo assim o caráter multiinstitucional da nossa categoria, organizada em torno de uma Entidade nacional. As acentuadas modificações do perfil dos docentes das IFES, em particular os que hoje estão iniciando a carreira docente, e da própria Universidade Pública pelas quais passamos nas últimas décadas exigem o desencadear de um processo de discussão interna que recoloca os argumentos pelos quais escolhemos um sindicato nacional, bem como, articuladamente, redefina estratégias de enfrentamento com a ação de sucessivos governos que agora se expressam de formas bem diferentes. Uma nova forma de ação governamental que fica muito bem caracterizada ou evidenciada quando um funcionário do MPOG diz em plena mesa de negociação que vai “disputar a nossa” base ou quando o governo negocia aumento de verbas para as IFES pelo aumento de vagas, criação de novos cursos, entre outras estratégias.

Na APUFSC-SSind movemos todos os nossos esforços para alertar TODOS os professores de que o caminho da divisão em relação ao sindicato nacional era uma aventura sem futuro, mas não conseguimos impedir a aprovação da ruptura da APUFSC com o ANDES-SN e sua transformação em pretense sindicato estadual. Tais aprovações deram-se ao arripio do Estatuto do ANDES-SN e do Regimento da APUFSC-SSind e como ela não foi dissolvida, passa hoje por processo de reorganização. A razão de sua sobrevivência aos atos divisionistas é a disposição de se reconquistar a unidade sindical dos docentes da UFSC e destes com os das demais IES no único sindicato que os professores possuem, que é o ANDES-SN. Mas não é apenas porque ele seja o único que tenhamos, mas porque ele é democrático e comprometido com uma concepção de universidade. É com isso que os divisionistas rompem. Em outras palavras, dividem porque não aceitam a democracia e uma concepção de universidade comprometida com um efetivo desenvolvimento social e não apenas tecnológico ou econômico, ainda que discurssem em nome “da universidade” recorrentemente para justificar suas ações apartadoras.

TR - 33

O 29º Congresso delibera que a centralidade da luta do ANDES-SN para 2010 seja:

- 1.** Lutar pela valorização do trabalho científico e docente nas universidades incluindo pautas locais em suas ações, contra todas as formas de sua precarização, em defesa de uma carreira que valorize o regime de trabalho em dedicação exclusiva, enquanto pressuposto a viabilizar a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, com remuneração adequada que atenda aos princípios da paridade e da isonomia, como parte integrante da luta em defesa de uma universidade pública, estruturada com base no princípio constitucional da Autonomia, com financiamento público assegurado e gestão democrática, nos termos do projeto de universidade socialmente comprometido, construído coletivamente e defendido pelo ANDES-SN.
- 2.** Lutar contra todas as formas de divisão do movimento sindical docente, conclamando o conjunto da categoria para assegurar a unidade em torno de seu sindicato, o ANDES-SN, com garantia de autonomia e organização democrática que respeite a pluralidade de pensamentos. Adicionalmente, desencadear uma discussão nacional ampla sobre estratégias e políticas para o fortalecimento das seções sindicais e sua articulação, reorganizando aquelas que foram desativadas, com intenso trabalho de sindicalização de novos docentes, com vistas à plena representação de toda a categoria.
- 3.** Intensificar a luta pela manutenção do registro sindical do ANDES-SN e dar continuidade à luta em defesa da liberdade e autonomia sindicais, contra toda forma de intervenção estatal na organização dos trabalhadores, contribuindo para o avanço do processo de reorganização da classe trabalhadora, atuando ativa e decisivamente no processo de unificação e construção de uma central ampla, capaz de colocar num patamar superior de enfrentamento as lutas contra as ofensivas que essa classe vem sofrendo por parte do Estado, dos governos e do capital.

**TEMA 3 – POLÍTICAS SOCIAIS – POLÍTICA
EDUCACIONAL, GERAIS E SOBRE DIREITOS E
ORGANIZAÇÃO DOS TRABALHADORES**

TEXTO 34

Contribuição dos professores Almir Serra Menezes Filho, Delando Nasário de Medeiros, Francisco Welson L. da Silva, Hiran César da Silva, Ibiraci Maria Fernandes Rocha, José Humberto de Araújo, Leonides Brunet, Manuel Claudemir Silva Caldas, Maria Cristina de Moraes, Maria Goretti Cabral Barbalho, Raimundo Nonato Nunes, Teresinha Dantas de Sousa, Zilda Luiz Maria, Luís Guilherme – sindicalizados da ADURN-S. SIND.

“FUNÇÃO DE GARANTE” E O EXERCÍCIO DA DOCÊNCIA

TEXTO DE APOIO

1. O fato

Em uma aula de campo do Curso de Geologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) ministrada pelos professores Francisco Oliveira e Vanildo Pereira da Fonseca, no dia 07 de julho de 2006 no Pico do Cabugi-Lajes/RN, o estudante Vinícius Santana da Silva sofreu um acidente fatal com óbito por traumatismo crânio-encefálico. O professor Vanildo Fonseca, que acompanhava a turma na “função de garante” (responsável legal por qualquer anormalidade que venha a acontecer no exercício da profissão) vem respondendo a processo, cujo julgamento foi iniciado no dia 17 de novembro de 2009, na 2ª Vara da Justiça Federal. Vanildo Fonseca, professor do Departamento de Geologia da UFRN desde 1990, foi denunciado pelo Ministério Público Federal por fatos gerados no exercício das suas atividades acadêmicas a serviço da universidade e pode ser condenado por homicídio culposo.

Sobre as atividades de campo no Curso de Geologia, consta no relatório da comissão de sindicância, constituída pelo reitor da UFRN (portaria 379-r-06) para apurar o ocorrido: “[...] É padrão, não apenas nacional, mas também em outros países, que as grades curriculares dos cursos de geologia e afins contenham um significativo conteúdo de aulas práticas de campo e de laboratório. O documento enviado a esta comissão, pela coordenação do curso, esboça com propriedade as características destas aulas de campo, que constituem um elemento essencial na formação do geólogo. [...]”.

Na UFRN essa e demais atividades desempenhadas pelos docentes estão previstas no Regimento Geral da UFRN e por Resoluções emanadas dos Conselhos Superiores, onde consta que as atividades de cada docente são distribuídas pelo Chefe do Departamento, com aprovação da respectiva plenária de Departamento. Isso significa afirmar que não é o docente que escolhe as suas atividades e tarefas, mas estas lhe são atribuídas.

2. Ações Judiciais

a) AÇÃO ORDINÁRIA. A família da vítima entrou, na 3ª Vara da Justiça Federal de Primeira Instância, Seção Judiciária do Rio Grande do Norte (5ª Região), com uma Ação Ordinária (Processo Nº 2006.84.008749-3) contra a UFRN, responsabilizando o Estado pela morte do estudante e reivindicando indenização e pensão por danos moral e material. O julgamento condenou, civilmente, a UFRN ao pagamento, por dano moral, de uma indenização no valor de 500 salários mínimos aos pais do estudante morto e, por dano material o pagamento de uma pensão no valor correspondente a dois salários mínimos, a partir da data de seu óbito, até a data em que a vítima completaria vinte e cinco anos de idade e, a partir de então, de um salário

mínimo até o dia em que completaria 65 anos (sentença publicada no Diário da Justiça de 13/06/2008).

b) AÇÃO PENAL. O Ministério Público Federal entrou no Poder Judiciário, Justiça Federal de Primeiro Grau - Seção Judiciária do Rio Grande do Norte, Segunda Vara Ação Penal, com Ação Penal (Processo Nº 2008.84.00.013780-8) contra o professor Vanildo Pereira da Fonseca, responsabilizando-o (homicídio culposo) pela morte do estudante. Esta Ação Penal foi desdobramento da Ação que a família da vítima entrou na cidade de Lajes (local do acidente) contra o professor Vanildo Fonseca. A partir da tese de que como o fato ocorrido envolvia pessoas vinculadas a uma instituição pública federal, bem como a atividade que estava sendo desenvolvida pelo estudante e pelo docente, o juiz encaminhou a denúncia para o Ministério Público Federal. Após duas audiências (17 e 22.11.2009), o julgamento foi suspenso, retornando dia 25 de fevereiro de 2010.

3. A UFRN

Em 10/07/2009, através da Portaria 379-R-06, foi criada uma Comissão de Sindicância para apurar o ocorrido, com prazo de 30 dias para desenvolver seu trabalho. Presidida pelo Prof. Emanuel Ferraz Jardim de Sá, do Departamento de Geologia da UFRN, dela fizeram parte, os professores Djalma Ribeiro da Silva, do Departamento de Química da UFRN e Ronaldo Fernandes Diniz, do Centro Federal de Educação Tecnológica do Rio Grande do Norte (CEFET-RN). Como conclusão, a Comissão apresentou: “A partir dos vários depoimentos tomados, a Comissão de Sindicância pôde reconstituir os acontecimentos em torno do acidente fatal envolvendo o estudante Vinícius Santana da Silva, no dia 07 de julho de 2006. O Pico do Cabugi constitui um monumento geológico de grande interesse no Estado, o qual atrai cada vez mais visitantes amadores, em atividades de lazer, esportes e de ecoturismo, inclusive com participação de crianças e adolescentes. Deste modo, a sua visitação como parte das aulas de campo do Curso de Geologia constitui um fato de absoluta normalidade. Embora reiteradamente advertido sobre procedimentos de segurança, o grupo de alunos se dispersou ao longo do caminho, resultando em que vários deles seguiram uma trilha mais perigosa. O local do acidente foi desfavorável no sentido de retardar os procedimentos de resgate. O aluno foi atingido na cabeça por um bloco de apreciável dimensão, cujo efeito (que veio a ser fatal) dificilmente poderia ter sido minimizado por um capacete ou equipamento similar. Os depoimentos colhidos pela Comissão, e uma análise do sítio visitado e das condições de acesso, não permitem caracterizar uma situação de risco evidente e previsível. Os professores, alunos e autoridades universitárias desempenharam corretamente (e em vários casos, de modo exemplar) a sua missão, sendo compreensível a existência de avaliações em contrário, que todavia não se sustentam na análise dos depoimentos. De todo modo, a ocorrência de um acidente fatal, nos pouco mais de 30 anos de atividades do Curso de Geologia, demanda que a UFRN se debru5e de forma mais aprofundada nas questões levantadas, sempre na busca de reduzir ao máximo as situações de risco inerentes à profissão de Geólogo e, conseqüentemente, ao seu aprendizado”.

O parecer da Comissão de Sindicância resultou em uma posterior determinação, pelo Reitor Ivonildo do Rego, de arquivamento do processo e dando por encerrada, administrativamente, as investigações sobre o acidente.

Quanto à Ação Penal contra o professor Vanildo Fonseca, por impedimento legal não houve por parte da UFRN qualquer apoio jurídico e financeiro ao professor em face dessa Ação. Não cabe à Advocacia Geral da União (AGU) defender àqueles que respondem a processo que se desdobra pela função de garante. No entanto, esta deixou de se preocupar com o caso na defesa da UFRN, a partir do momento em que

o Tribunal Regional Federal (5ª Região) decidiu condenar, civilmente, a UFRN ao pagamento de uma indenização e pensão.

4. A ADURN-Seção Sindical do ANDES-SN

Em decorrência da não assistência ao professor, por parte da UFRN, o fato foi levado inicialmente ao Conselho de Representantes da ADURN-S.SIND., e, posteriormente, à Assembleia Geral realizada em 2007, que aprovou garantir financeiramente as custas processuais, inclusive a contratação de advogados para defesa do professor. O entendimento foi na direção de que o professor estava no exercício profissional e a serviço da universidade, além do que o parecer da Comissão de Sindicância concluiu pela inocência do professor. Recentemente, em outubro de 2009, a ADURN S.Sind. realizou nova Assembleia Geral para tratar da matéria, uma vez que em função do pronunciamento do desembargador no processo cível, o advogado que acompanhava a causa solicitou a contribuição de um advogado criminalista. Reafirmando o entendimento de que se trata de uma causa trabalhista e não criminal, a AG aprovou: a contratação do advogado criminalista; criação de uma comissão para acompanhar o processo; politização do debate na UFRN; utilização, por parte da ADURN-S.SIND., de todos os meios de comunicação para denunciar o caso e ampliar a discussão.

A partir de então, o caso passou a ter maior visibilidade na comunidade acadêmica e meios de comunicação da cidade de Natal com inúmeras manifestações de apoio e solidariedade. As audiências realizadas contaram com a presença significativa de alunos, professores e técnico-administrativos.

5. O caso e suas implicações para o desempenho das atividades acadêmicas

O caso que envolve o professor Vanildo Fonseca pode parecer isolado e particular, mas não é. Ele tem uma dimensão institucional com desdobramentos para o fazer acadêmico e segurança para os docentes no desempenho das atividades profissionais a serviço da universidade. Aulas práticas (campo, laboratórios, viagens de ônibus) são comuns e imprescindíveis para a formação profissional de vários cursos. O caso já teve repercussão negativa, diminuindo sensivelmente o número de atividades práticas, afetando a qualidade do ensino. Na eventualidade do professor Vanildo Fonseca ser condenado por homicídio culposo é evidente que as aulas práticas diminuirão. As precauções (Protocolo de Segurança) que a administração da UFRN implantou após o acidente não livram o professor que acompanha alunos na “função de garante” de ser responsabilizado na eventualidade de um acidente, uma vez que nada alterou na legislação em relação ao fato do professor ter a responsabilidade de caracterizar uma situação de risco evidente e previsível. A obrigatoriedade dos alunos terem, quando saem para as aulas de campo, de assinar termo de segurança, reconhecendo os riscos que correm na aula prática não transfere para a instituição a responsabilidade por acidentes que eventualmente ocorram.

Face o exposto, estamos diante de uma situação que poderá ter sérias consequências. Academicamente, a insegurança jurídica provocará mais suspensão das aulas práticas de campo, prejuízo para a formação dos alunos e qualidade das atividades desenvolvidas na universidade. Para o professor os danos serão irreparáveis. Em entrevista à ADURN-S.SIND. o professor Vanildo Fonseca expôs, se condenado, algumas das consequências: “possibilidade de pagar à UFRN a indenização que está sendo paga à família do aluno, vítima do acidente; prestação de serviços comunitários; além da perda de direitos como: direitos políticos, de deslocamento da sede, de saída do país, entre outros. O único e mais valioso direito, por ser réu primário, não perderei: o de continuar dando aula na Universidade”.

Por último, o professor Vanildo Pereira disse à TRIBUNA DO NORTE, jornal diário de maior circulação do Rio Grande do Norte que recusou a suspensão condicional do processo, a fim de cumprir uma pena alternativa de um ano de prestação de serviços à sociedade, porque assim estaria assumindo sua culpabilidade no caso: “Não aceitei, não me vejo com culpa e comprei a briga”.

TR - 34

1. Que o ANDES-SN atue junto ao Congresso Nacional, entidades e sociedades nacionais (OAB, SBPC, Conselhos Profissionais, ANDIFES, entre outros) no sentido de criar legislação que garanta segurança jurídica ao docente, no exercício de suas atividades acadêmicas;
2. Divulgar o fato no conjunto das Seções Sindicais, no sentido de alertar e politizar a questão enquanto causa trabalhista decorrente do exercício da docência e a ser assumida como responsabilidade da instituição empregadora.
3. Que esta temática seja pautada pelo GTPE pelas graves consequências que podem acarretar à qualidade do ensino.

TEXTO 35

Contribuição dos professores Almir Serra Menezes Filho, Delando Nasário de Medeiros, Francisco Welson L. da Silva, Hiran César da Silva, Ibiraci Maria Fernandes Rocha, José Humberto de Araújo, Leonides Brunet, Manuel Claudemir Silva Caldas, Maria Cristina de Moraes, Maria Goretti Cabral Barbalho, Raimundo Nonato Nunes, Teresinha Dantas de Sousa, Zilda Luiz Maria, Luís Guilherme – sindicalizados da ADURN-S. SIND.

UM DEBATE NECESSÁRIO

TEXTO DE APOIO

A crise que os sindicatos e os movimentos sociais brasileiros enfrentaram no final do século 20 e nos primeiros anos do novo século, se agravou com ascensão do PT ao governo, em 2003. O desemprego desenfreado que caracterizou a última década do século passado e persiste nos dias atuais, associado ao mito do presidente operário, de origem humilde e “companheiro de luta”, pertencente a um “partido de trabalhadores”, proporcionou ao governo um poder de cooptação como jamais se viu neste país. Nesse quadro de submissão da maioria dos sindicatos e centrais ao governo Lula da Silva, o ANDES-SN optou, como bem demonstram os Planos de Lutas aprovados em seus Congressos, por preservar sua histórica posição de independência e autonomia em relação a governos, partidos políticos e administrações universitárias, transformando-se em polo aglutinador dos poucos sindicatos a resistir ao “canto da sereia” do governo. A CUT, central sindical historicamente ligada ao PT, assumiu desde o início o papel principal na blindagem do governo, provocando com essa postura, fissuras na sua base.

O conflito entre ANDES e CUT, que vinha se agravando ao longo do tempo, atingiu seu clímax com a reforma da Previdência feita pelo governo Lula em 2003. O desenlace não poderia ser outro, e o ANDES-SN, após dois anos de debate, delibera, em seu 25º Congresso, Curitiba/ 2005, pelo rompimento com a Central.

As consequências não se fizeram esperar e a CUT passa a apoiar e, mais ainda, a participar efetivamente da construção da recém criada entidade governista dentro da categoria docente nas Instituições de Ensino Superior, o PROIFES. O objetivo de dividir e, portanto, enfraquecer o movimento docente na luta pelas justas reivindicações da categoria, é parcialmente alcançado, e isso ficou evidente na Campanha Salarial de 2007, quando a atuação do PROIFES junto ao MPOG, obstruiu o trabalho do ANDES-SN na luta para conseguir avanços maiores no reajuste salarial, com paridade entre ativos e aposentados. Com a ambição de ganhos políticos, a CUT e o PROIFES correm a assinar um acordo no qual parte da categoria sai bastante prejudicada, principalmente os docentes não doutores, da ativa ou aposentado. Mesmo aqueles com doutorado (hoje na classe de associado), começam a perceber, ao fim do segundo ano do acordo, que foram iludidos, que a inflação corroeu os parcos ganhos e que as regras impostas pelo governo e alegremente acatadas pelo PROIFES eram draconianas, não permitindo rever qualquer índice, ou corrigir os erros gritantes contidos no famoso acordo. Como diria Maquiavel "Mas a ambição do homem é tão grande que para satisfazer uma vontade presente não pensa no mal que daí a algum tempo pode dela resultar."

Este pequeno e, portanto, incompleto resumo de relações sindicais exemplifica o quanto se faz necessária a discussão sobre o dilema quase shakespeariano da Unicidade x Pluralidade sindical. Suponhamos que a pluralidade torne-se lei. Se, a cada governante eleito, for criado um sindicato de base para servir de blindagem ao

presidente, muito em breve teremos a categoria pulverizada entre inúmeros sindicatos que supostamente a representa. Ora, se um sindicato se caracteriza pela defesa da totalidade da categoria a qual representa e não por parte dessa categoria e, se é consenso que devemos conquistar a negociação coletiva, chegamos então a um problema grave: como equacionar a pluralidade com a negociação coletiva? Teremos que ter um árbitro, indicado pelo governo de plantão? O Ministério do Trabalho e Emprego? Uma Central? Qual Central? Só como exemplo: se tivermos três sindicatos dentro da mesma base e com aproximadamente o mesmo número de filiados (igualdade no número de representados), quem baterá o martelo numa negociação? Obviamente o patrão e, no caso do servidor público federal, o governo junto com o sindicato por ele criado. Consequentemente, no nosso entendimento, pluralidade é impeditivo à negociação coletiva. A Constituição Federal é contraditória com respeito à representação sindical, pois, se em determinados artigos estabelece a plena liberdade sindical, em outros determina a unicidade, o imposto obrigatório e a negociação coletiva. O ANDES-SN enfrenta, hoje, problemas cujas soluções esbarram na esquizofrenia constitucional, teoricamente defende a pluralidade, e, no entanto, nas lides judiciais, obrigatoriamente se utiliza de argumentos baseados na unicidade como definida na constituição. Como exemplo desse conflito, podemos citar a solução encontrada pela militância nas Universidades Federais de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Foram soluções pontuais, com intenso debate interno mas sem que esse debate ocorresse no sindicato como um todo e, é claro, sem uma posição tomada em órgãos deliberativos da entidade. Abrir mão do patrimônio político e material da seção sindical para uma associação que pretende ser um sindicato local para depois, através da reorganização da seção, recuperar esses patrimônios através de ação na justiça (e aí entra a briga pela unicidade) foi a melhor solução? Precisamos debater com urgência fatos como esses e encontrarmos uma solução coletiva que melhor sirva à categoria.

Nessa discussão, não podemos reduzir a sua complexidade à afirmação, um pouco simplista, de que é a disputa pelo imposto sindical o fator principal da discordância, pois então cairíamos na armadilha na qual muitos bem intencionados já se perderam: nós somos os únicos anjos e todos os outros, demônios. A luta pelo poder, provavelmente, é a causa maior.

Pelo exposto, torna-se imperativo nesse momento o debate pluralidade x unicidade.

No nosso entendimento, se por motivos escusos ou de barganha política, uma entidade for reconhecida como o único sindicato representativo de determinada categoria, caberá a cada membro dessa categoria, a cada militante, duas opções: ou não se filia a essa entidade ou se filia e vai brigar no seu interior por suas ideias, sem enfraquecer a luta conjunta. Para concluir esse texto, reescrevemos a parte final do texto (UNICIDADE OU PLURALIDADE: A QUEM INTERESSA?) apresentado por parte desse grupo no Congresso de Cuiabá:

“[...] A pluralidade sindical, entendida como a possibilidade de existência de vários sindicatos para uma mesma categoria, mesmo que num recorte temporal/conjuntural, divide forças, enfraquece a capacidade sindical de pressionar e reivindicar. Cada sindicato representará seus filiados e ninguém representará os não sindicalizados. Acaba com a negociação coletiva e o resultado é a “atomização”, os “sindicatos de papel” e até a “poeira sindical”. É o sonho dos neoliberais: organização sindical por empresa, com representação apenas dos filiados. A pluralidade, a despeito de fomentar os interesses individuais de liberdade de representação, servirá tão somente de estímulo à criação de entidades fantasmas, sem representatividades expressivas, que se originariam nas desavenças ideológicas, partidárias, religiosas, quando não baseadas em interesses pessoais ou patronais. No nosso entendimento, o sindicato deve representar o conjunto dos membros de uma categoria, mas esta representatividade deve ser uma conquista da entidade e não uma imposição, legal ou

não, aos trabalhadores. O sindicato deve ser um órgão de luta pelos direitos dos trabalhadores, autônomo e independente, na prática, perante aos partidos, ao Estado e a quaisquer outras instituições (religiosas etc.). A liberdade sindical significa o direito de cada trabalhador de se filiar ou não ao sindicato da categoria, de contribuir financeiramente ou não, o direito de acesso a todas as instâncias do sindicato, a eleições diretas, democráticas e transparentes, o direito de ouvir e ser ouvido, de votar e ser votado. Em nome da liberdade se sobrepõe à unicidade sindical a pluralidade e com isso se quebra a força dos sindicatos.”

TR - 35

O 29º Congresso delibera que o ANDES-SN encaminhe para a base do movimento docente o debate PLURALIDADE X UNICIDADE, através de seminários locais, regionais e nacional, devendo a realização do último preceder o 55º CONAD do ANDES-SN.

TEMA 4 – QUESTÕES ORGANIZATIVAS E FINANCEIRAS

TEXTO 14

Diretoria do ANDES-SN

Acréscimo ao TR 14

HOMOLOGAÇÕES DE SEÇÕES SINDICAIS

2. ALTERAÇÃO REGIMENTAL

2.3 Em consonância com os dispositivos do Estatuto do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior e de acordo com a documentação apresentada à Diretoria do ANDES-SN, o 29º CONGRESSO do ANDES–SINDICATO NACIONAL manifesta-se favoravelmente às alterações verificadas no regimento da Associação dos Docentes da Universidade Federal do Espírito Santo - ADUFES - Seção Sindical.

2.4 Em consonância com os dispositivos do Estatuto do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior e de acordo com a documentação apresentada à Diretoria do ANDES-SN, o 29º CONGRESSO do ANDES–SINDICATO NACIONAL manifesta-se favoravelmente às alterações verificadas no regimento da Associação dos Docentes da Universidade Federal de Pernambuco – Seção Sindical (ADUFEPE SSind.).

2.5 Em consonância com os dispositivos do Estatuto do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior e de acordo com a documentação apresentada à Diretoria do ANDES-SN, o 29º CONGRESSO do ANDES–SINDICATO NACIONAL manifesta-se favoravelmente às alterações verificadas no regimento da Seção Sindical dos Docentes da Universidade Federal de Santa Maria - SEDUFMS.

3. REORGANIZAÇÃO DE SEÇÃO SINDICAL

3.2 Em razão da existência de violações legais, estatutárias e regimentais no processo de transformação da ADUFRGS de Seção Sindical do ANDES-SN em sindicato dos professores das Instituições Federais de Ensino Superior em Porto Alegre e considerando a necessidade de manter-se a representação sindical ativa, evitando-se prejuízos para os docentes da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) o 29º CONGRESSO do ANDES-SINDICATO NACIONAL ratifica, de acordo com a documentação apresentada, as providências tomadas pela Secretaria Regional Rio Grande do Sul para, no âmbito de suas atribuições, ter convocado a Assembleia Geral Extraordinária que realizou-se no dia 15/12/09 (terça-feira), na Faculdade de Educação do campus central da UFRGS, Porto Alegre - RS, e as deliberações tomadas nessa reunião assemblear.

TEXTO 36

Contribuição da Assembleia Geral da ADUFPel S.Sind.

ALTERAÇÕES ESTATUTÁRIAS

TEXTO DE APOIO

Os Institutos Federais de Ciência e Tecnologia (IFEs) são instituições criadas e implementadas no governo de Luís Inácio Lula da Silva, com objetivos claros de desenvolver uma nova instituição de ensino superior, básica e profissional, pluricurricular e multicampus, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino no país, fazendo uso de uma infraestrutura instalada dos CEFETs, Escolas Técnicas e Agrotécnicas e das Escolas Vinculadas às Universidades Federais. Os novos Institutos foram criados através de um arcabouço jurídico infraconstitucional capitaneado pela Lei n° 11.892, de 29 de dezembro de 2008 – que institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e, dá outras providências. Desde então o governo vem trabalhando para seduzir, com promessas de mais recursos e a criação de Cargos de Direção (CDs) e de Funções Gratificadas (FGs), as instituições que não aderiram a proposta de Ifetização. Por fim, faltavam as Escolas vinculadas às Universidades aderirem à proposta da nova instituição (IFE), justamente pelas dificuldades apresentadas em relação a patrimônios e à vinculação empregatícia dos docentes e técnicos administrativos. Algumas escolas vinculadas, nesses últimos meses aderiram ao projeto de adesão aos IFEs é o caso do Conjunto Agrotécnico Visconde da Graça, vinculado à Universidade Federal de Pelotas (UFPel). Esta decisão acarretou outros problemas, como a sindicalização dos docentes, pois de acordo com o Estatuto do ANDES-SN art.8º. e o Regimento da ADUFPel SSind art.37º os docentes perdem seu vínculo sindical. Nesse sentido, para garantir a permanência dos sindicalizados na base do ANDES-SN, a AG da ADUFPel-SSind apreciou e aprovou o seguinte TR:

TR - 36

O 29º Congresso do Andes Sindicato Nacional aprova agregar o seguinte artigo às Disposições Transitórias do ESTATUTO:

É facultado ao sindicalizado manter-se filiado em sua seção sindical de origem, com todos os direitos e deveres, quando ocorrer desmembramento da unidade da instituição de ensino superior em que estiver lotado para constituir outra instituição na qual os docentes ainda não estejam organizados em seção sindical do ANDES-SN, até o próximo Congresso.

TEXTO 37

Contribuição dos professores: Dálvio Dias, Etienne Beirão Friedrich, José Vieira Lima, Márcio Antônio de Oliveira, Paulo César de Souza Ignácio, Renato Françoso de Ávila e Rogério Rezende Pinto - sindicalizados da APESJF-SSIND.

ALTERAÇÃO ESTATUTÁRIA: EXCLUIR A RESTRIÇÃO DAS SEÇÕES SINDICAIS MULTIINSTITUCIONAIS ÀS IES PRIVADAS, ESTENDENDO ESSA POSSIBILIDADE AOS DEMAIS SETORES.

TEXTO DE APOIO

A Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica no ano de 2009 celebrou cem anos de história. Até o ano de 2002 – antes, portanto, do início do governo Lula – o país contava com 140 unidades nesta rede. Nos últimos sete anos, 214 novas unidades previstas no Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica foram inauguradas. Em 2010, as demais unidades ainda em obras serão concluídas. Após investimentos, segundo o MEC, de R\$ 1,1 bilhão, esta Rede passará a contar com 366 unidades, que oferecerão 500 mil vagas em todo o país.

Às vésperas de completar seus 100 anos de história, através da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, 31 centros federais de educação tecnológica (Cefets), 75 unidades descentralizadas de ensino (Uneds), 39 escolas agrotécnicas federais, 7 escolas técnicas federais e 8 escolas vinculadas a universidades federais deixaram de existir para formar os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Os 38 institutos federais (IFs) criados a partir desta lei estão presentes em todos os estados do país e são considerados instituições de educação superior, básica e profissional, oferecendo ensino médio integrado, cursos superiores de tecnologia, bacharelados na área tecnológica e licenciaturas.

Essa nova institucionalidade da Rede Federal de Educação Tecnológica foi objeto de discussão no 28º Congresso Nacional, em fevereiro de 2009, resultando em resoluções as quais explicitam a avaliação e decorrentes posições do sindicato não só de denunciar esta ação do governo como também articular ações conjuntas com o SINASEFE no sentido de garantir as condições necessárias para que os IFs possam ir além da subordinação aos interesses do mercado, promovendo a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Nesse contexto, o Colégio Técnico então vinculado à Universidade Federal de Juiz de Fora, o CTU da UFJF como era conhecido, se integrou ao CEFET Rio Pomba e à Escola Agrotécnica Federal de Barbacena para, junto com a Escola Técnica Federal de Muriaé – recém construída e inaugurada –, constituir o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais, o IF Sudeste MG.

Apesar de serem unidades de ensino da mesma rede, cada uma dessas escolas tem sua própria história, o que as faz diferentes entre si. Seguindo também por caminhos diversos, os docentes a elas vinculados se organizaram em diferentes sindicatos. Os de Rio Pomba e Barbacena, por razões que somente sua história pode revelar, se organizaram em torno do SINASEFE. Os docentes do *Campus* Juiz de Fora do IF Sudeste MG, seguindo também sua história, que se confunde com a história da

própria UFJF – da qual irão se desvincular – e, por conseguinte, da própria APESJF-SSIND, se organizaram no interior do ANDES-SN.

Durante todo esse tempo em que estiveram vinculados ao ANDES-SN através da APESJF-SSIND, participaram ativamente de todas as suas lutas, sempre se pautando na defesa intransigente de um ensino público gratuito e de qualidade socialmente referenciada. Seja nas assembleias, nas reuniões do conselho de representantes, na composição da diretoria da APESJF-SSIND, nos comandos locais e nacionais de greve, enfim, em todas as instâncias consultivas ou de decisões colegiadas do Sindicato, sempre se fizeram representar. Seguindo os princípios de um movimento sindical que se baseia em decisões democraticamente tomadas em suas bases, livres da influência de partidos políticos, dos governos e dos setores da administração pública, têm defendido e lutado pela valorização do trabalho docente ao mesmo tempo em que têm reivindicado a garantia dos direitos sociais a todos os trabalhadores brasileiros.

No entanto, com a desvinculação da UFJF esses docentes estarão impedidos de permanecer filiados ao ANDES-SN através da APESJF-SSIND. Conforme prevê o Estatuto do ANDES-SN em seu Art. 48, inciso I, a jurisdição territorial da Seção Sindical ou AD-Seção Sindical compreende apenas *uma* instituição de ensino. Por sua vez, a APESJF-SSIND, em seu Regimento – em conformidade com o Estatuto do ANDES-SN – em seu Art. 8º, afirma que poderão a ela se filiar somente, e tão somente, os docentes que exerçam ou que tenham exercido atividade do magistério na UFJF.

Sendo assim, o único cenário que permite a permanência dos docentes do *Campus* Juiz de Fora do IF Sudeste MG que hoje são filiados ao ANDES-SN, por intermédio da APESJF-SSIND, é sua filiação direta à Regional Leste, com sede em Belo Horizonte, conforme previsto no Art. 8º, § 3º, do Estatuto do ANDES-SN, já que irão pertencer a uma IES que não tem seção sindical.

Não obstante, esses docentes, em reunião, avaliaram que esta possibilidade, ainda que concreta, não satisfaz em razão do afastamento político que isso acarretaria entre a base e a diretoria do sindicato. Ao mesmo tempo, avaliaram que a criação, neste momento, de uma seção sindical do ANDES-SN no *campus* Juiz de Fora do IF Sudeste MG, com reduzido número de filiados, não seria possível não só do ponto de vista da organização político-administrativa como da sua sustentabilidade financeira, embora não descartem a possibilidade de criação de uma seção sindical do ANDES-SN no referido *campus*, desde que as condições históricas futuras sejam favoráveis e uma avaliação política criteriosa aponte essa necessidade, inclusive na perspectiva de agregar docentes dos outros *campi* do IF que desejem a filiação ao ANDES-SN.

Nesse sentido, a proposta que se apresenta ao 29º Congresso Nacional é pela aprovação de uma mudança estatutária que estenda as seções sindicais multiinstitucionais, atualmente restritas ao setor das IES particulares, também aos demais setores, fortalecendo as seções sindicais, o ANDES-SN e suas lutas.

TR - 37

O 29º Congresso aprova as seguintes alterações estatutárias:

1.

Art. 8º. São sindicalizados ao ANDES-SINDICATO NACIONAL todos os docentes das IES públicas ou privadas, de todo o país, que junto a ele requeiram sua sindicalização.

§ 1º. Docentes, para efeito deste Estatuto, são os que exercem atividades de magistério, seja na educação básica ou da educação superior e respectivas modalidades, nas IES de todo o país.

§2º. O disposto neste artigo aplica-se aos docentes aposentados, em disponibilidade ou desempregados.

§ 3º. A sindicalização dar-se-á por intermédio da SEÇÃO SINDICAL, da AD-SEÇÃO SINDICAL, ou da SEÇÃO SINDICAL MULTIINSTITUCIONAL, ~~estas constituídas exclusivamente de IES privadas~~ e, nas IES onde esta não existir, por intermédio da secretaria regional.

1.1. No § 3º, excluir a expressão “(...) estas constituídas exclusivamente de IES privadas (...)”.

2.

Art. 48. A S.SIND ou AD-S.SIND tem como instância deliberativa máxima a Assembléia Geral dos sindicalizados ao ANDES-SINDICATO NACIONAL vinculados à sua jurisdição territorial.

I – para a constituição de seções sindicais ou AD-seções sindicais, a jurisdição territorial compreenderá uma instituição de ensino superior.

~~II – para as seções sindicais multiinstitucionais, a jurisdição será definida nos seus regimentos, que estabelecerão as IES que irão constituí-las, não podendo ultrapassar os limites do estado.~~

III – não poderá haver duplicidade de jurisdição territorial de qualquer seção sindical em relação a qualquer IES, nem duplicidade de sindicalização no âmbito de qualquer IES.

IV – os docentes de qualquer IES, onde já exista seção sindical, só poderão ser sindicalizados ao ANDES-SINDICATO NACIONAL por meio dessa seção sindical.

Parágrafo único. É vedado o voto por procuração nas assembléias gerais dos sindicalizados ao ANDES-SINDICATO NACIONAL.

2.1. Substituir o inciso II por:

“II – para as seções sindicais multiinstitucionais, a jurisdição será definida nos seus regimentos, que estabelecerão as IES que irão constituí-las, desde que tenham a mesma natureza jurídico-administrativa, não podendo ultrapassar os limites do estado.”.

TEXTO 38

Contribuição da Assembleia Geral da APUFPR S.Sind.

SINDICALIZAÇÃO DOS DOCENTES DOS INSTITUTOS FEDERAIS

TEXTO DE APOIO

Os institutos federais foram criados a partir da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica formada pelos Cefets (Centros Federais de Educação Tecnológica), escolas agrotécnicas federais e escolas técnicas vinculadas a universidades, a partir do Projeto de Lei 3773/2008, aprovado pelo Congresso Nacional e sancionado pelo presidente Lula dia 29 de dezembro de 2008. A Lei 11.892/2008, que Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, foi publicada no Diário Oficial da União em 30 de dezembro de 2008.

A luta do ANDES-SN não foi suficiente para barrar esse projeto, que fragiliza a universidade ao criar uma rede paralela de formação profissional e de pesquisa bem como divide ainda mais a categoria docente que almeja a carreira única e o fortalecimento da universidade pública. Além disso, a nova rede federal de ensino altera a base do ANDES-SN na medida em que retira dessa base parte considerável dos docentes, os docentes da carreira de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (antiga carreira de 1º e 2º Grau). Outro aspecto importante a ser analisado é a ausência de representação sindical dos referidos docentes num momento de disputa de base entre o ANDES-SN e o PROIFES, entidade que pode vir a reivindicar a representação desses professores “órfãos”. Isso sem mencionar o interesse do SINASEFE, sindicato misto de técnicos e docentes, cuja base docente é formada essencialmente por professores da carreira de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico.

Há nesse contexto uma tentativa de enfraquecimento do ANDES-SN, capitaneada pelo próprio governo, que desde sua posse no primeiro mandato tenta cooptar o nosso sindicato ou no mínimo desqualificá-lo, senão destruí-lo. Caminhamos sobre areia movediça e não podemos permitir que nossos adversários sejam vitoriosos na destruição de uma entidade que foi criada democrática e legitimamente numa época de resistência a ditadura militar. Tivemos recentemente a experiência em relação ao nosso registro sindical, da qual saímos vencedores após árdua luta, mas não nos iludamos, pois vivemos um clima de embates cotidianos.

A título de exemplo, a APUFPR-SSIND tem aproximadamente 2500 filiados, sendo 119 professores da antiga Escola Técnica, hoje IFPR, parte deles deixarão de pertencer à associação a partir de janeiro de 2010.

A APUFPR foi comunicada pela Pró-reitoria de Gestão de Pessoas da UFPR que dezembro foi o último mês que os docentes figuraram lotados na UFPR, portanto é urgente uma reação do ANDES-SN para que os docentes não fiquem sem representação sindical e para que o nosso sindicato não perca parte valorosa da sua base, que muitas vezes demonstrou comprometimento e garra na defesa da categoria e do sindicato. Por tudo isso a assembléia da APUFPR votou o envio do presente texto de resolução a ser apreciado pelos delegados no 29º Congresso do ANDES-SN.

TR – 38

O 29º Congresso aprova as seguintes resoluções:

- 1.** Manter os docentes dos institutos federais, que desejarem, filiados nas Seções Sindicais de origem até a criação de seção sindical no instituto para onde foram transferidos.
- 2.** As seções sindicais de origem devem envidar todos os esforços possíveis no sentido de contribuírem para a criação das seções sindicais nos institutos federais, com apoio do ANDES-SN por meio de suas Secretarias Regionais.
- 3.** Fica estipulado o prazo máximo de dois anos para os docentes permanecerem filiados a seção sindical de origem.
 - 3.1** os docentes concursados e contratados após a criação dos institutos gozarão do mesmo direito de se filiarem a seção sindical de origem dos docentes transferidos, possibilitando que nenhum docente fique sem representação sindical.
- 4.** Serão realizadas todas as alterações estatutárias e regimentais necessárias para a implementação desta TR, que se configura como de caráter transitório.

TEXTO 39

Diretoria do ANDES-SN

REPASSES DAS SEÇÕES SINDICAIS**TEXTO DE APOIO**

De acordo com a deliberação do 52º CONAD, São Luís – MA, 26 a 29/7/07, a Diretora está apresentando o quadro com o repasse das seções sindicais ao ANDES-SN, acompanhado dos acordos estabelecidos com a tesouraria nacional.

Repasse feito até dezembro referente a novembro de 2009.

CONTRIBUIÇÃO MENSAL			JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO
ST	Nº	SEÇÃO SINDICAL	indic	R. MENSAL										
		REGIÃO NORTE 1		VALOR (R\$)										
F	1	ADUA	777	6.576,99	6.528,62	6.512,26	6.487,73	6.487,73	6.455,02	6.448,64	6.422,30	6.365,06	6.443,50	6.324,17
F	2	SESDUF-RR	235	934,95	934,95	936,26	1.262,04	1.258,58	1.309,17					
F	3	ADUNIR	304											
F	4	ADUFAC	493	8.182,45	7.125,17	6.316,22	7.067,68	6.719,09	6.640,00	6.662,48	6.606,16	5.062,62	5.064,44	6.623,48
E	5	SIND-UEA	117	29,36	29,36	29,36	29,36	29,36	29,36	29,36				
		TOTAIS	1.926	15.723,75	14.618,10	13.794,10	14.846,81	14.494,76	14.433,55	13.140,48	13.028,46	11.427,68	11.507,94	12.947,65
		REGIÃO NORTE 2		VALOR (R\$)										
F	6	ADFCAP	102	982,61	1.007,92	979,81	990,39	954,82	990,39	1.269,94	1.322,46	1.295,99		
F	7	ADUFPA	1.549	13.504,09	13.464,26	13.423,27	13.401,74	13.389,10	13.363,39	13.347,37	13.347,37	13.965,45	13.942,19	13.922,64
F	8	SINDUFAP	113	782,02	770,25	763,13	778,13	775,76	772,53	772,53	772,53	916,48	859,71	
E	9	SINDUEPA	50											
		TOTAIS	1.814	15.268,72	15.242,43	15.166,21	15.170,26	15.119,68	15.126,31	15.389,84	15.442,36	16.177,92	14.801,90	13.922,64
														0,00

	REGIÃO NE 1		VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)
F	10	APRUMA	1.001	4.125,47	4.102,97	4.096,23	4.439,40	4.427,08	4.444,39	5.773,54	5.816,91	5.818,51	5.818,51	5.838,07
F	11	ADUFPI	1.287	3.825,66		3.825,66	3.825,66	3.825,66	3.825,66	3.825,66		3.825,66	3.825,66	3.825,66
E	12	ADCESP	301	1.725,63	3.053,69	2.290,27	2.290,27	3.053,69	3.053,69	2.290,27			2.290,27	6.780,81
F	13	ADUFC	2.263							20.561,75	24.770,60	24.883,96	24.915,03	24.923,87
P	14	ADUNIFOR	238	1.790,45	2.718,16	1.823,79	1.846,36	1.844,32	1.848,58			1.816,48	1.814,07	1.782,74
F	15	SINDCEFET-PI	37	168,74	168,74	168,74	168,74	157,84	168,74	168,74	168,74	157,84	157,84	157,84
E	16	SINDCENTEC	95											
E	17	SINDIUVA	99	839,42	841,01	845,18	853,61	854,28	846,66	1.077,35	840,56	1.080,14	1.083,55	1.087,72
E	18	SINDUECE	139	876,22	1.157,29	1.157,29	1.157,29	1.157,29	1.157,29					
E	19	SINDURCA	140	657,30	663,95	663,95	788,85	674,27	674,88	849,70	849,70	949,70	949,70	949,70
		TOTAIS	5.600	14.848,31	12.705,81	14.871,11	15.370,18	15.994,43	16.019,89	34.547,01	32.446,51	38.532,29	40.854,63	45.346,41
	REGIÃO NE 2		VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)
M	20	ADESA-PE	45									198,32	212,97	
M	21	ADESB	38											
E	22	ADUFRRN/ADUERN	881	3.834,13	3.765,90	3.705,43	3.727,16	4.364,50	4.346,94	4.341,11	4.347,17	4.326,19		4.328,16
F	23	ADUC	50	588,55	601,05	601,05	544,85	544,85		532,51	532,51	522,45	515,46	1.030,92
E	24	ADUEPB	562											
F	25	ADUFCG	644	5.305,88	5.278,05	5.278,05	5.240,98	7.275,44	3.606,30	7.190,42	7.158,58	3.579,29	3.579,29	7.017,56
F	26	ADUFCG-PATOS	78	483,27	483,27	483,27	483,27	483,27	483,27	483,27	483,27	483,27		
F	27	ADUFEPE	2.069	14.102,65	13.767,21	13.748,01	13.728,00	22.034,47	22.037,00	22.029,62	22.011,38	22.351,00	22.250,00	22.212,00
F	28	ADUFERPE	639	7.792,16	7.751,47	7.751,47	8.756,69	9.020,82	8.785,96	8.887,48	8.922,49	8.923,18	9.042,78	9.119,70
F	29	ADUFPB	2.109		19.459,90					19.260,00	15.818,42	15.818,42	15.818,42	15.818,42
E	30	ADUPE	830	3.200,00	3.200,00	3.200,00	3.200,00	3.200,00		3.200,00	3.200,00	3.200,00		
F	31	ADURN	2.009	10.789,14	10.789,14	10.789,14	10.789,14	10.789,14	10.789,14	10.789,14	10.730,98	10.721,86	10.713,45	
F	32	ASDESAM	110	205,60	205,60		205,60	205,60	205,60					
P	33	SINDFAFICA	45											
P	34	SINDFAVIP	32											
F	35	SINDUNIVASF	54		101,50	175,57	243,87	233,11	144,87	246,87			1.874,14	1.874,14
		TOTAIS	10.195	46.301,38	65.403,09	45.731,99	46.919,56	58.151,20	50.399,08	76.960,42	73.204,80	69.925,66	63.991,86	61.613,87
														0,00

	REGIÃO NE 3		VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	
F	36	ADUFAL	1.208							5.930,56	5.976,37	5.982,09	5.974,20	5.908,70	
F	37	APUB	2.731												
E	38	ADUNEB	877			2.607,25	3.286,96	3.336,77	3.381,89	3.302,73	3.115,93	3.115,63	3.432,56	3.432,56	
E	39	ADUFS-BA	522	2.317,41	2.317,41	2.317,41	2.317,41	2.317,41	2.317,41	2.317,41	2.317,41	2.317,41	2.317,41	2.317,41	
F	40	ADUFS	668			7.232,00	7.232,00		7.206,08	6.942,30	7.206,08	7.206,08	7.206,08	7.206,08	
E	41	ADUSB	720	acordo	acordo	498,83	498,83	498,83	498,83	498,83	498,83	498,83	498,83	498,83	
P	42	ADUCSAL	408												
P	43	APUNI	52												
E	44	SINDESP-BA	73												
E	45	SINDESP-Sudoeste/BA	18												
E	46	SINDESP-ExtremoSul/BA	45	111,43	115,66	92,07	89,98	96,04	91,70	33,55					
	47	VPR Fac. Olga Matting		95,56	95,53	95,56	95,56	95,56	95,56	95,56	95,56	95,56	95,56	95,56	
E	48	SINDFUNESA	15												
E	49	ADUSC	406	1704,24	1.704,24	1.874,14	1.874,14	1.874,14	1.877,61	1.874,14	1.874,14		1.874,14		
		TOTAIS	7.743	4.228,64	2.528,60	14.717,26	15.394,88	8.218,75	15.469,08	20.995,08	21.084,32	19.215,60	19.524,64	21.333,28	0,00
	REGIÃO PLANALTO		VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	
F	50	ADCAC	78		811,28							894,24	850,03	884,51	
F	51	ADCAJ	25	174,20	142,72	143,88	162,39	162,26	160,26	159,60	160,22				
E	52	ADUEG	206												
F	53	ADUFG	1.762		5.323,46										
F	54	ADUNB	1.760	10.362,26	10.362,26	10.362,26	10.362,26	10.362,26	10.362,26	10.362,26	10.362,26	10.362,26	10.362,26	10.362,26	
P	55	ADUCB	11	32,00	32,00	32,00	32,00	32,00	32,00	32,00	32,00	32,00	32,00	32,00	
M	56	APUG	238												
M	57	SESDFIMES	35	732,00	792,00		792,00		831,60						
E	58	SESDUEG	102												
F	59	SESDUFT	324	2.746,58	2.662,59	2.569,38	2.681,19	3.173,09	2.705,36	2.641,64	2.714,67	2.653,17	2.624,83	2.789,25	
F	60	SINDCEFET-GO	73												
P	61	SINDUNICALDAS	66												
		TOTAIS	4.680	14.047,04	20.126,31	13.107,52	14.029,84	13.729,61	14.091,48	13.195,50	13.269,15	13.941,67	13.869,12	14.068,02	0,00

	REGIÃO LESTE		VALOR (R\$)											
F 62	ADFMTM	207												
F 63	ADFUNREI	297	1.309,75	1.430,44	1.485,20	1.518,22	1.613,63	1.611,02	1.676,89	1.767,66	1.902,12	1.968,39		
F 64	ADOM	25												
F 65	ADUFES	1.359	7.621,66	6.953,08	6.972,41	16.816,67	16.967,33	17.084,88	15.163,93	15.203,95	15.263,59	15.376,15	15.556,81	
F 66	ADUFLA	473	3.106,71	3.062,99	3.223,13	3.016,66	3.013,09	3.187,32	3.122,36	3.338,03	3.515,07	3.926,95	3.921,06	
F 67	ADUFOP	429	1.604,35		1.605,21		1.266,78	1.257,75	1.266,78	1.261,58				
F 68	ADUFU	1.290	10.242,88	10.202,96	10.150,11	10.122,01	10.095,82	11.046,97	11.088,98	11.088,98	14.931,58	14.795,57	14.740,68	
F 69	ADUNIFAL	116			249,00	249,00	249,00	249,00	249,00	249,00	249,00	249,00	249,00	249,00
F 70	ADUNIFEI	234	216,45	216,45	216,45	216,45	216,45	216,45	216,45	216,45	216,45	216,45	216,45	216,45
E 71	ADUNIMONTES	460			1.266,19	1.660,95	1.712,73	1.748,35		1.748,35	1.722,43	1.722,43	1.722,43	
F 72	APESJF	991	10.023,81	9.251,00	10.841,31	10.887,88	10.716,34	10.745,74	10.724,30	10.718,47	10.712,40	10.593,52	21.234,07	
F 73	APUBH	2.770												
F 74	ASPUV	878	11.049,00	11.042,00	11.058,00	11.066,00	11.064,00	12.909,90	12.952,00	12.715,00	12.842,00	12.867,00	12.818,00	
F 75	SINDICEFET-MG	409										2.267,32		
F 76	SINDICEFET-OP	89	1.240,68	811,35	763,13	1.622,70	811,35	811,35	811,35	811,35	811,35	922,99	1.622,70	
F 77	SINDFAFEID	77	449,40	445,20	354,10	354,00	354,93	356,81	356,81	352,33	349,50	339,15	339,50	
P 78	SINDUNIT	8												
	TOTAIS	10.112	46.864,69	43.415,47	46.918,05	57.530,54	58.081,45	61.225,54	57.628,85	59.471,15	62.515,49	65.244,92	72.420,70	0,00
	REGIÃO PANTANAL		VALOR (R\$)											
F 79	ADUFMAT	1.250	acordo	4.221,60	4.221,60	6.942,54	7.129,88	7.841,75	7.841,75	8.830,96	8.830,96	9.781,30	9.781,30	10.636,67
F 80	ADUFMS	715												
E 81	ADUNEMAT	262	3.305,71	2.938,15	2.953,57	3.194,25	3.119,39	3.262,24	3.435,50	3.272,58	3.334,13	3.269,84		
F 82	ADUFMAT-ROO	131	200,00	200,00	200,00	200,00	200,00	200,00	200,00	200,00	200,00	200,00		
E 83	ADUEMS	384	1.120,52	1.120,52	1.120,60	1.120,52	1.120,52	1.120,52	1.120,52	1.120,52	1.120,52	1.120,52	1.120,52	
F 84	ADUFDOURADOS	150	acordo	acordo	acordo	acordo	547,19	547,19	547,19	547,19	547,19	547,19		
P 85	ADLESTE	21												
	TOTAIS	2.913	4.626,23	8.480,27	8.495,77	11.457,31	12.116,98	12.971,70	13.144,96	13.971,25	14.032,80	14.918,85	10.901,82	10.636,67

	REGIÃO RJ		VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	
E	86	ASDUERJ	1.500			9.581,98	9.545,23	9.545,23	9.349,81	9.327,87	9.384,34	9.425,25	9.779,65	10.325,20	
F	87	ADUFRJ	3.218	48.275,11	46.945,07	52.585,64	53.124,85	53.054,32	53.151,82	53.088,82	53.434,61	53.459,52	54.297,60	54.295,12	
F	88	ADUNI-RIO	652	2.960,61	2.450,80	2.436,55	2.416,91	2.574,98	2.566,99	2.572,51	2.617,60	2.634,06	2.627,67	2.614,33	
F	89	ADCEFET-RJ	531												
F	90	ADUFF	2.388	11.965,37	11.878,08	9603,11	9.798,51	33.354,98	33.622,16	33.620,41	33.620,41	33.790,86	34.468,51	34.491,99	
F	91	ADUR-RJ	576	3.325,42	3.327,20	2.619,87	2.611,26	2.611,79	2.607,99	2.664,20	2.595,83	6.276,12	6.227,03	7.631,50	7.826,53
E	92	SESDUENF	189	1.134,00	1.134,00	1.134,00	1.134,00	1.134,00	1.134,00	1.134,00	1.134,00	1.134,00	1.134,00	1.134,00	
		TOTAIS	9.054	67.660,51	65.735,15	77.961,15	78.630,76	102.275,30	102.432,77	102.407,81	102.786,79	106.719,81	108.534,46	110.492,14	7.826,53
	REGIÃO SP		VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)	
F	93	ADAFSA	87						639,60	639,60	633,60	646,40	646,40	646,40	
E	94	ADFATEC	383												
E	95	ADFMM	218	990,82	1.000,08	1.004,71	1.004,71	1.009,34	1.009,34	1.009,34	1.009,34		1.018,60	1.009,34	
F	96	ADUFSCAR	803												
E	97	ADUNESP	1.558	6.753,18	8.356,57	7.440,10	7.394,79	7.420,86	7.682,63	7.303,38	8.011,34	8.076,00	7.953,29	7.953,29	
E	98	ADUNICAMP	2.095	19.910,23	19.910,23	19.939,46	19.939,46	21.125,43	21.125,43	21.125,43	21.125,43	21.125,43	21.125,43	21.125,43	
F	99	ADUNIFESP	579	3.152,95	2.234,35	2.232,81	2.229,88	2.227,68	2.349,99	2.295,25	2.359,81	2.359,91	2.361,04	2.357,33	
P	100	ADUNIMEP	285	1.407,30	1.407,30	1.407,30	1.407,30	1.407,30	1.407,30	1.407,30	1.407,30	1.407,30	1.407,30	1.407,30	
E	101	ADUSP	2.804	35.733,18	35.759,57	35.913,27	36.075,76	36.125,39	38.281,25	38.359,57	38.386,14	38.320,71	38.265,39	38.383,51	
		TOTAIS	8.812	67.947,66	68.668,10	67.937,65	68.051,90	69.316,00	72.495,54	72.139,87	72.932,96	71.935,75	72.777,45	72.882,60	0,00

	REGIÃO SUL		VALOR (R\$)	VALOR (R\$)										
E 103	ADUEL	342												
E 104	ADUNICENTRO	136		1.067,55	1.067,55	1.067,55	720,00	970,00	970,00	720,00	720,00	720,00	720,00	650,00
E 105	ADUNIOESTE	172	858,00	858,00	858,00	962,09	962,09	962,09	962,09					
E 106	APRUDESC	227	1.601,76	1.639,64	1.639,64	1.639,64		1.607,80	1.607,80					
F 107	APUFPR	2.780	20.747,43	20.693,70	20.681,66	28.340,80	28.871,81	29.125,87	29.107,80	29.010,25	28.999,92	28.910,47	27.977,43	
E 108	SINDUEPG	184	1.128,16	1.244,36	1.243,99	1.245,21	1.250,23	1.312,29	1.328,30	1.336,79	1.339,75	1.332,68	1.335,85	
F 109	SINDUTF-PR	887	9.475,51	9.433,91										
F 110	APUFSC	2.550							24.835,99					
F 111	SESDUEM	150	acordo	acordo	acordo	acordo	1.720,34	1.720,34	1.720,34	1.720,34	1.720,34	1.720,34	1.720,34	
	TOTAIS	7.428	33.810,86	34.937,16	25.490,84	33.255,29	33.524,47	35.698,39	60.532,32	32.787,38	32.780,01	32.683,49	29.963,28	0,00
	REGIÃO RGS		VALOR (R\$)	VALOR (R\$)										
F 112	ADUFRGS	2.743												
F 113	APROFURG	704	8.221,24	7.044,60	7.066,90	7.115,01	7.110,83	7.110,83	7.133,16	7.146,76	7.132,79	7.265,32	7.218,26	12.565,97
F 114	ADUFPEL	1.140	11.205,57	10.812,07	11.442,46	12.432,00	12.432,00	12.432,00	12.131,17	12.228,37	12.211,95	12.212,63	12.469,99	
F 115	SEDUFMS	1.177	8.606,90	8.465,71	8.884,79	13.538,62	13.557,12	13.645,38	14.004,16	5.927,02	21.859,94	848,16	14.206,99	14.206,99
F 116	SESUNIPAMPA	13									80,00	80,00	80,00	
	TOTAIS	5.777	28.033,71	26.322,38	27.394,15	33.085,63	33.099,95	33.188,21	33.268,49	25.302,15	41.284,68	20.406,11	33.975,24	26.772,96
		76.054	359.361,50	378.182,87	371.585,80	403.742,96	434.122,58	443.551,54	513.350,63	475.727,28	498.489,36	479.115,37	499.867,65	84.381,66

F. SOLIDARIEDADE		JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO
Nº	SEÇÃO SINDICAL	F. SOLID											
	REGIÃO NORTE 1	VALOR (R\$)											
1	ADUA	261,15	260,49	259,51	259,61	258,21	257,88	256,89	254,60	257,74	252,96	252,32	
2	SESDUF-RR	35,08	31,08	35,13	47,35	47,22	49,12	47,15					
3	ADUNIR												
4	ADUFAC	327,30	285,01	252,65	282,71	268,78	265,60	266,50	264,25	202,50	202,58	264,94	202,58
5	SIND-UEA			1,19	1,19	1,19	1,19	1,19	1,19				
	TOTAIS	623,53	576,58	548,48	590,86	575,40	573,79	571,73	520,04	460,24	455,54	517,26	202,58
	REGIÃO NORTE 2	VALOR (R\$)											
6	ADFCAP	39,30	40,31	39,19	31,09	31,09	36,07	36,07	36,07	51,38	51,82		
7	ADUFPA	540,16	538,57	536,93	536,07	535,56	534,54	533,89	533,89	558,62	557,69	556,91	
8	SINDUFAP	31,28	30,81	31,13	31,13	31,03	30,90	48,10	30,90	34,39	36,66		
9	SINDUEPA												
	TOTAIS	610,74	609,69	607,25	598,29	597,68	601,51	618,06	600,86	644,39	646,17	556,91	0,00
	REGIÃO NE 1	VALOR (R\$)											
10	APRUMA	165,01	164,11	163,84	177,57	177,08	177,77	230,92	232,67	232,67	232,74	233,52	
11	ADUFPI	140,46		140,46	140,46	140,46	140,46	140,46		140,46	140,46	140,46	
12	ADCESP	69,03											
13	ADUFC							822,50	990,83	993,36	996,61	996,96	998,73
14	ADUNIFOR	71,62	68,72	72,95	73,85	73,77	73,77			72,66	72,56		
15	SINDCEFET-PI	6,74	6,74	6,74	6,74	6,74	6,74	6,74	7,89	7,89	7,89	7,89	
16	SINDCENTEC												
17	SINDIUVA	33,65	33,81	34,15	34,18	33,87	43,10	33,62	43,21	43,35	43,51	44,04	
18	SINDUECE	35,05	46,20	46,20	46,20	46,20	46,20						
19	SINDURCA	26,30	26,55	26,55	27,55	26,97	27,00	34,00	34,00	34,00	34,00	34,00	
	TOTAIS	547,86	346,13	490,89	506,55	505,09	515,04	1.268,24	1.308,60	1.524,39	1.527,77	1.456,87	998,73

	REGIÃO NE 2	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)										
20	ADESA-PE										8,52	7,93	
21	ADESB												
22	ADUFRRN/ ADUERN	150,63	148,21	149,09	174,58	173,88	173,65	173,88	173,02	173,12	174,47	173,95	
23	ADUC	23,54	24,04	24,04	21,79	21,79		21,30	21,30	20,90	20,62		
24	ADUEPB												
25	ADUFCG	217,61	210,09	210,09	209,63	291,00	288,50	288,50	288,50	288,50	280,70	288,50	
26	ADUFCG-PATOS	18,18	18,18	18,18	18,18	18,18	18,18	18,18	18,18	18,18			
27	ADUFEPE	564,11	550,68	549,92	549,12	881,38	881,49	881,18	880,45	894,00	890,00	888,00	
28	ADUFERPE	311,69	310,06	310,06	360,08	350,27	351,43	355,50	356,90	356,90	361,71	364,78	364,78
29	ADUFPB							815,26					
30	ADUPE			128,00	128,00	128,00		128,00	128,00	128,00			
31	ADURN		434,17							428,50	429,24		
32	ASDESAM												
33	SINDFAFICA												
34	SINDFAVIP												
35	SINDUNIVASF			4,06	7,02	9,75		9,87	5,79			22,02	
	TOTAIS	1.285,76	1.695,43	1.393,44	1.468,40	1.874,25	1.713,25	2.691,67	1.872,14	2.308,10	2.165,26	1.745,18	364,78
	REGIÃO NE 3	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)										
36	ADUFAL			237,22	239,05	239,28	239,28				238,27	236,35	
37	APUB												
38	ADUNEB		89,00	89,00									
39	ADUFS-BA	92,15	95,15	95,15	92,15	92,15	92,15	92,15	92,15	92,15	92,15	92,15	92,15
40	ADUFS			278,90	361,60	361,60	360,30	347,11	362,55	362,55	362,55	362,55	
41	ADUSB	acordo											
42	ADUCSAL												
43	APUNI												
44	SINDESP-BA												
45	SINDESP												

	Sudoeste/BA												
46	SINDESP ExtremoSul/BA	4,45	4,62	3,68	3,60	3,84	3,67	1,34					
47	VPR Fac. Olga Matting												
48	SINDFUNESA												
49	ADUSC		59,40	59,40									
	TOTAIS	96,60	248,17	763,35	696,40	696,87	695,40	440,60	454,70	454,70	692,97	691,05	92,15
	REGIÃO PLANALTO	VALOR (R\$)											
50	ADCAC		32,45							35,76	34,00	35,00	
51	ADCAJ			6,98	5,71	5,76	6,49	6,49	6,41	6,38	6,41		
52	ADUEG												
53	ADUFG												
54	ADUNB	414,49	414,49	414,49	414,49	414,49	414,49	414,49	414,49	414,49	414,49	414,89	
55	ADUCB	1,28	1,28	1,28	1,28	1,28	1,28	1,28	1,28	1,28	1,28	1,28	
56	APUG												
57	SESDFIMES												
58	SESDUEG												
59	SESDUFT	109,86	106,50	102,77	107,24	126,92	126,92	105,66	108,58	106,12	104,99	111,57	
60	SINDCEFET-GO												
61	SINDUNICALDAS												
	TOTAIS	525,63	554,72	525,52	528,72	548,45	549,18	527,92	530,76	564,03	561,17	562,74	0,00
	REGIÃO LESTE	VALOR (R\$)											
62	ADFMTM												
63	ADFUNREI	117,87	128,74	133,66	136,64	145,22	144,99	150,92	159,09	171,19	177,15		
64	ADOM												
65	ADUFES	304,87	278,12	278,90	672,67	678,69	683,40	606,56	608,16	610,54	615,05	622,27	
66	ADUFLA	124,67	122,52	128,93	120,67	120,52	127,49	124,90	133,52	140,60	157,08	156,84	156,84
67	ADUFOP	64,17		64,20		50,31	50,67	50,67	50,46				
68	ADUFU	409,72	408,12	406,20	404,88	403,83	441,88	443,56	443,56	597,26	591,82	589,63	
69	ADUNIFAL				8,80	8,80	8,80	8,80	8,80	8,80	8,80	8,80	

70	ADUNIFEI	83,65	83,65	83,65	95,03	98,37	95,97	96,20	96,77	97,44	97,54	98,07	
71	ADUNIMONTES			50,64									
72	APESJF	400,95	370,04	432,57	435,51	428,65	429,82	428,97	428,73	428,49	423,74	849,37	
73	APUBH												
74	ASPUV	442,00	441,00	442,00	442,00	442,00	516,00	518,00	513,00	513,00	514,00	512,00	
75	SINDICEFET-MG	76,32	73,77	73,00	72,65	72,65	72,51	72,43	128,03	126,97	126,36	126,97	
76	SINDICEFET-OP	86,33	57,55	31,13	115,10	57,55	57,55	57,55	57,55	57,55	57,55	57,55	
77	SINDFAFEID	18,00	17,80	14,20	16,04	16,04	16,04	16,04	16,04	16,04	16,04	16,04	
78	SINDUNIT												
	TOTAIS	2.128,55	1.981,31	2.139,08	2.519,99	2.522,63	2.645,12	2.574,60	2.643,71	2.767,88	2.785,13	3.037,54	156,84
	REGIÃO PANTANAL	VALOR (R\$)											
79	ADUFMAT	223,75	223,75	223,75	223,75	303,75	303,75	304,75	304,75	312,50	581,50	312,50	
80	ADUFMS												
81	ADUNEMAT	150,79	150,00	150,00	127,77	127,78	130,49	137,42	130,90	133,97	130,79		
82	ADUFMAT-ROO	8,00	8,00	8,00	8,00	8,00	8,00	8,00	8,00	8,00	8,00		
83	ADUEMS	44,82	44,82	44,82	44,82	44,82	44,82	44,82	44,82	44,82	44,82	44,82	
84	ADUFDOURADOS	acordo	acordo	acordo	acordo	21,89	21,89	21,89	21,89	21,89	21,89		
85	ADLESTE												
	TOTAIS	427,36	426,57	426,57	404,34	506,24	508,95	516,88	510,36	521,18	787,00	357,32	0,00
	REGIÃO RJ	VALOR (R\$)											
86	ASDUERJ			383,28	381,80		373,99	257,88	375,37	375,37	391,19	413,00	
87	ADUFRJ	1.448,53	1.408,35	1.577,57	1.593,75	1.594,55	1.594,55	1.592,66	1.603,04	1.603,79	1.628,93	1.628,85	
88	ADUNI-RIO	118,46	98,03	97,46	96,67	102,99	102,67	102,90	104,70	105,36	105,10	104,57	
89	ADCEFET-RJ												
90	ADUFF	478,61	475,12	384,12	391,94	1.334,20	1.347,53	1.344,89	1.344,82	1.351,63	1.378,74	1.379,68	
91	ADUR-RJ	133,09	104,79	104,45	104,47	104,32	106,57	165,75	251,04	249,08	305,26	313,06	
92	SESDUENF	45,36	45,36	45,36	145,36	45,36	45,36	45,36	45,36	45,36	45,36	45,36	
	TOTAIS	2.224,05	2.131,65	2.592,24	2.713,99	3.181,42	3.570,67	3.509,44	3.724,33	3.730,59	3.854,58	3.884,52	0,00

	REGIÃO SP	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)										
93	ADAFÁ												
94	ADFATEC												
95	ADFMM	39,63	40,00	40,18	40,18	40,37	40,37	40,37	40,37	40,37	40,74	40,37	
96	ADUFSCAR												
97	ADUNESP	270,13	297,60	295,80	296,84	292,13	307,30	322,87	317,55	318,71	287,61		
98	ADUNICAMP	796,41	796,41	797,58	797,58	845,02	845,02	845,02	845,02	845,02	845,02	845,02	
99	ADUNIFESP	126,11	89,37	89,31	89,19	89,10	91,81	94,00	94,39	94,39	94,44	94,29	
100	ADUNIMEP	140,73	140,73	140,73	140,73		140,73	140,73	140,73	140,73	140,73	140,73	
101	ADUSP	1.429,33	1.430,39	1.436,53	1.443,03	1.445,02	1.531,25	1.534,39	1.535,45	1.532,82	1.530,61	1.535,34	
	TOTAIS	2.802,34	2.794,50	2.800,13	2.807,55	2.711,64	2.956,48	2.977,38	2.973,51	2.972,04	2.939,15	2.655,75	0,00
	REGIÃO SUL	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)										
102	ADUEL												
103	ADUNICENTRO		30,72	30,72	30,72	20,00	20,00	20,00	20,00	20,00	20,00	20,00	
104	ADUNIOESTE	34,32	34,32	34,32	35,35	35,35	35,35	35,35					
105	APRUDESC												
106	APUFPR	829,98	827,75	827,27	1.133,63	1.154,87	1.165,03	1.164,31	1.160,41	1.160,00	1.156,42	1.119,10	
107	SINDUEPG	49,53	49,77	49,76	49,81	83,31	52,49	53,13	53,47	46,25	46,00	53,43	
108	SINDUTF-PR	379,02	377,36									411,67	
109	APUFSC							993,43					
110	SES DU EM	acordo	acordo	acordo	acordo	68,81	68,81	68,81	68,81	68,81	68,81		
	TOTAIS	1.292,85	1.319,92	942,07	1.249,51	1.362,34	1.341,68	2.335,03	1.302,69	1.295,06	1.291,23	1.604,20	0,00
	REGIÃO RGS	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)										
111	ADUFRGS												
112	APROFURG	328,84	281,78	282,67	284,60	284,43	284,43	285,32	285,87	285,31	290,61	290,61	
113	ADUFPEL	448,23	432,49	457,70	480,22	485,24		489,13	485,67	488,51	498,80	502,94	
114	SEDUFMS	333,94	328,46	344,73	525,29	526,01	529,44	543,36	229,96		551,23	555,87	
115	SESUNIPAMPA								4,00	4,00	4,00		
	TOTAIS	1.111,01	1.042,73	1.085,10	1.290,11	1.295,68	813,87	1.317,81	1.005,50	777,82	1.344,64	1.349,42	0,00
		13.676,28	13.727,40	14.314,12	15.374,71	16.377,69	16.484,94	19.349,36	17.447,20	18.020,42	19.050,61	18.418,76	1.815,08

FNM		JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO
Nº	SEÇÃO SINDICAL	FNM											
	REGIÃO NORTE 1	VALOR (R\$)											
1	ADUA	200,50	200,25	198,50	198,50	198,50	197,50	197,00	196,25	194,74	194,25	190,50	201,25
2	SEDUF-RR	49,50	49,75	49,75	49,75	49,75							
3	ADUNIR												
4	ADUFAC	115,75	115,75	115,75	115,75	123,00	122,50	122,50	122,75	123,00	123,26	123,25	123,25
5	SIND-UEA	2,18	2,18	2,18	2,18	2,18	2,18	2,18					
	TOTAIS	367,93	367,93	366,18	366,18	373,43	320,00	319,50	319,00	317,74	317,51	313,75	324,50
	REGIÃO NORTE 2	VALOR (R\$)											
6	ADFCAP	25,75	25,75	25,75	25,75	25,75		25,00	52,89	25,00	25,00	25,00	
7	ADUFPA	378,50	376,50	375,50	375,00	374,75	374,25	374,00	374,00	388,75	387,75	387,25	
8	SINDUFAP	28,00	25,25	25,25	25,25	25,00	25,00	29,00	29,00	25,00	25,00	28,25	28,25
9	SINDUEPA												
	TOTAIS	432,25	427,50	426,50	426,00	425,50	399,25	428,00	455,89	438,75	437,75	440,50	28,25
	REGIÃO NE 1	VALOR (R\$)											
10	APRUMA	238,75	238,50	238,50	243,50	243,00	250,00	250,00	250,00	250,25	251,25	251,25	
11	ADUFPI	309,25		309,25	309,25	309,25	309,25	309,25		309,25	309,25	309,25	
12	ADCESP	74,00											
13	ADUFC							470,50	566,00	566,75	567,00	565,75	
14	ADUNIFOR	62,75	61,75	60,50	62,00	62,00					59,75	58,75	
15	SINDCEFET-PI	10,50	10,50	10,50	10,50	10,50	10,50	10,50	10,50	9,25	9,25	9,25	
16	SINDCENTEC												
17	SINDIUVA	24,75	24,75	24,75	24,75	24,75	24,50	24,50	24,25	24,50	24,50	24,75	25,00
18	SINDUECE	184,20	57,45	57,45	57,45	57,45	57,45						
19	SINDURCA	35,00	35,00	35,00	35,00	35,00	35,00	35,00	35,00	35,00	35,00	35,00	
	TOTAIS	939,20	427,95	735,95	742,45	741,95	686,70	1.099,75	885,75	1.195,00	1.256,00	1.254,00	25,00

	REGIÃO NE 2	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)										
20	ADESA-PE										12,00	11,25	
21	ADESB												
22	ADUFRRN/ ADUERN	226,00	225,75	223,25	224,25	224,25	222,75	221,75	266,73	221,25	220,25	219,25	219,75
23	ADUC	15,00	14,75	14,75	13,50	13,50		13,25	13,25	13,00	12,75	25,50	
24	ADUEPB												
25	ADUFCG	162,00	157,50	157,50	157,50	164,50	163,75	163,75	163,75	163,75	160,50	160,50	
26	ADUFCG-PATOS	19,50	19,50	19,50	19,50	19,50	19,50	19,50	19,50	19,50	19,50		
27	ADUFEPE	407,75	458,25	457,50	456,75	500,75	500,00	499,50	498,50	498,50	505,00	504,75	
28	ADUFERPE	154,50	92,75	92,75	155,50	157,00	157,50	355,50	160,00	160,00	129,25	159,75	
29	ADUFPB							532,50		580,00			
30	ADUPE	195,00	195,00	195,00	195,00		195,00	195,00	195,00				
31	ADURN	514,38	514,38	514,38	514,38	514,38	514,38	511,75	511,25	428,87	510,50		
32	ASDESAM												
33	SINDFAFICA												
34	SINDFAVIP												
35	SINDUNIVASF	14,50	14,50	13,75		13,75					51,00		
	TOTAIS	1.708,63	1.692,38	1.688,38	1.736,38	1.607,63	1.772,88	2.512,50	1.827,98	2.084,87	1.620,75	1.081,00	219,75

	REGIÃO NE 3	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)										
36	ADUFAL	299,25	301,75	302,25						302,00	302,00	299,25	
37	APUB												
38	ADUNEB			122,00									
39	ADUFS-BA	130,50	130,50	130,50	130,50	130,50	130,50	130,50	130,50	130,50	130,50	130,50	
40	ADUFS	181,00	176,00	176,00	186,25	173,75	173,75	173,75	181,27	181,27	173,75	173,75	
41	ADUSB												
42	ADUCSAL												
43	APUNI												
44	SINDESP-BA												
45	SINDESP Sudoeste/BA												
46	SINDESP ExtremoSul/BA	12,50	12,50	12,50	12,50	12,50	12,50	11,25					
47	VPR Fac. Olga Matting												
48	SINDFUNESA												
49	ADUSC	110,50		110,50									
	TOTAIS	733,75	620,75	853,75	329,25	316,75	316,75	315,50	311,77	613,77	606,25	603,50	0,00

	REGIÃO PLANALTO	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)										
50	ADCAC		18,75							19,50	18,97	19,00	
51	ADCAJ	6,25	6,25	5,75	5,75	5,75	5,75	5,75	5,75				
52	ADUEG												
53	ADUFG												
54	ADUNB	370,75	369,50	369,50	369,50	369,50	369,50	369,50	369,50	378,50	378,50	378,50	
55	ADUCB	2,00	2,00	2,00	2,00	2,00	2,00	2,00	2,00	2,00	2,00	2,00	
56	APUG												
57	SESDFIMES												
58	SESDUEG												
59	SESDUFT	71,75	65,75	75,50	64,00	71,75	70,75	66,00	71,25	66,25	65,50	68,25	
60	SINDCEFET-GO												
61	SINDUNICALDAS												
	TOTAIS	450,75	462,25	452,75	441,25	449,00	448,00	443,25	448,50	466,25	464,97	467,75	0,00

	REGIÃO LESTE	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)										
62	ADFMTM												
63	ADFUNREI	53,75	56,75	57,50	58,50	61,00	61,50	63,75	68,25	73,00	74,25		
64	ADOM												
65	ADUFES	327,75	326,50	325,75	326,25	322,50	333,75	334,00	334,00	335,00	337,25	339,75	
66	ADUFLA	111,50	111,50	111,25	111,25	111,50	111,50	110,25	116,50	117,25	118,25	118,75	
67	ADUFOP	71,25	71,25	71,25	71,25	71,25	71,25						
68	ADUFU	282,50	281,25	280,00	279,50	279,00	308,50	309,75	309,75	308,50	300,75	299,00	
69	ADUNIFAL				28,00	28,00	28,00	28,00	28,00		28,00	28,00	
70	ADUNIFEI	58,50	58,50	58,50	58,50	58,00	58,50	58,50	58,50	59,75	60,00	61,25	
71	ADUNIMONTES			110,00									
72	APESJF	252,50	251,75	251,25	250,50	250,25	250,25	249,00	249,00	248,00	246,50	246,50	
73	APUBH												
74	ASPUV	218,50	218,50	219,50	219,50	219,50	219,50	219,50	219,50	219,50	219,25	219,75	
75	SINDICEFET-MG	100,25	100,00	99,00	98,50	98,50	98,25	98,00	102,25	102,25	102,25	101,75	101,75
76	SINDICEFET-OP				25,25						34,28		
77	SINDFAFEID	19,50	19,25	19,25	18,97	18,97	18,97	18,97	18,97	18,97	18,97	18,97	18,97
78	SINDUNIT												
	TOTAIS	1.496,00	1.495,25	1.603,25	1.545,97	1.518,47	1.559,97	1.489,72	1.504,72	1.482,22	1.539,75	1.433,72	120,72

	REGIÃO PANTANAL	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)										
79	ADUFMAT	275,84	275,84	275,84	275,84	392,05	303,75	441,50	441,50	581,50	581,50	581,50	
80	ADUFMS												
81	ADUNEMAT	63,75	63,25	60,50	59,75	62,00	61,75	63,50	63,50	65,50	65,50		
82	ADUFMAT-ROO	24,00	24,00	24,00	24,00	36,00	36,00	24,00	24,00	24,00	24,00		
83	ADUEMS	85,75	85,75	85,75	85,75	85,75	85,75	85,75	85,75	85,75	85,75	85,75	
84	ADUFDOURADOS	acordo	acordo	acordo	acordo	36,25	42,50	42,50	36,25	36,25	36,25		
85	ADLESTE												
	TOTAIS	449,34	448,84	446,09	445,34	612,05	529,75	657,25	651,00	793,00	793,00	667,25	0,00
	REGIÃO RJ	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)										
86	ASDUERJ				365,25	363,75	358,25	357,00	359,50	360,25	338,50	338,25	
87	ADUFRJ	805,75	804,00	804,25	803,50	802,25	801,75	800,00	806,50	804,50	804,25	805,00	
88	ADUNI-RIO	151,00	150,50	149,75	148,50	158,50	157,50	158,25	161,50	163,00	162,50	161,50	
89	ADCEFET-RJ												
90	ADUFF	516,50	516,50	510,50	510,50	597,50	598,00	597,50	597,50	597,75	597,25	597,25	
91	ADUR-RJ	165,75	165,75	165,75	165,75	165,75	165,75	103,83	165,75	165,75	165,75	165,75	
92	SESDUENF	47,25	47,25	47,25	47,25	47,25	47,25	47,25	47,25	47,25	47,25	47,25	
	TOTAIS	1.686,25	1.684,00	1.677,50	2.040,75	2.135,00	2.128,50	2.063,83	2.138,00	2.138,50	2.115,50	2.115,00	0,00
	REGIÃO SP	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)										
93	ADAFÁ												
94	ADFATEC												
95	ADFMM												
96	ADUFSCAR												
97	ADUNESP	389,50	389,50	389,50	389,50	389,50	389,50	291,00	291,00	292,00	285,00		
98	ADUNICAMP	523,75	523,75	523,75	523,75	523,75	523,75	523,75	523,75	523,75	523,75	523,75	523,75
99	ADUNIFESP	136,50	136,50	136,50	136,25	136,25	140,25	143,75	144,75	144,75	144,75	144,75	
100	ADUNIMEP	69,25	69,25	69,25	69,25	69,25	70,37		70,37	60,25	69,25	69,25	
101	ADUSP	694,75	697,25	697,25	700,75	702,25	702,25	703,00	703,00	701,00	699,50	701,25	
	TOTAIS	1.813,75	1.816,25	1.816,25	1.819,50	1.821,00	1.826,12	1.661,50	1.732,87	1.721,75	1.722,25	1.439,00	523,75

	REGIÃO SUL	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)										
102	ADUEL												
103	ADUNICENTRO	56,00	56,00	56,00	35,00	35,00	35,00	35,00	35,00	35,00	35,00	35,00	
104	ADUNIOESTE	43,00	43,00	43,00	43,00	43,00	43,00	43,00					
105	APRUDESC												
106	APUFPR	624,25	622,75	624,00	642,75	659,50	658,50	657,75	655,25	656,25	654,00	637,00	
107	SINDUEPG	46,00	46,00	46,00	46,00	43,11	45,50	46,00	46,25	53,59	53,31	43,11	
108	SINDUTF-PR	226,25	226,50										
109	APUFSC							637,50					
110	SESDUEM	acordo	acordo	acordo	acordo	73,50	73,50	73,50	73,50	73,50	73,50		
	TOTAIS	995,50	994,25	769,00	766,75	854,11	855,50	1.492,75	810,00	818,34	815,81	715,11	0,00
	REGIÃO RGS	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)										
111	ADUFRGS	176,00	176,00	176,00	176,00	176,00	176,00	176,00	176,00	176,00	176,00		
112	APROFURG	171,75	176,00	176,00	176,00	176,00	176,00	176,00	176,00	176,00	178,00	178,00	
113	ADUFPEL	276,25	277,25	277,25	277,25	279,25	278,50	280,50		283,75	285,00	287,25	
114	SEDUFMS	294,25	296,00	296,00	292,25	293,25	291,25	298,00	126,75	297,25	294,25	294,25	
115	SESUNIPAMPA												
	TOTAIS	918,25	925,25	925,25	921,50	924,50	921,75	930,50	478,75	933,00	933,25	759,50	0,00
		11.991,60	11.362,60	11.760,85	11.581,32	11.779,39	11.765,17	13.414,05	11.564,23	13.003,19	12.622,79	11.290,08	1.241,97

Seções Sindicais com ACORDOS vigentes (posicionamento até o dia 6/1/2010):

REGIONAIS	S. SINDICAL	PARCELAMENTO	SALDO DEVEDOR	Situação
N1	ADUNIR	1) 8 parcelas de R\$ 1.889,10, ref. a débito dos meses de março a julho/07, totalizando R\$ 15.112,80 (Está na 7ª parcela, que foi paga em 9/4/2008); 2) 190 parcelas de R\$ 200,00 ref. a acordo assinado no CONAD de 2002, totalizando R\$ 38.000,00 (Está na 107ª parcela). Último pagamento dia 17/12/08.	R\$ 1.889,10 e R\$ 16.600,00 R\$ 18.489,10	Pendente
NE1	ADCESP	1) 60 parcelas de R\$ 421,61, ref. débito anterior de aproximadamente R\$ 27.822,20 (está na 29ª parcela). Último pagamento dia 9/2/09. 2) Pendente o pagamento do rateio do 52º CONAD no valor de R\$ 1.540,78, realizado em São Luís-MA.	R\$ 15.595,51	Pendente II
	ADUFPI	Pendente pagamento do rateio do 52º CONAD no valor de R\$ 2.709,11, realizado em São Luís-MA.		Pendente
	SINDURCA	1) 37 parcelas de R\$ 100,00, ref. débito de Fundo de Solidariedade, anterior a 1999, num total de R\$ 3.757,00 (Está na 26ª parcela). Último pagamento dia 11/9/09.	R\$ 1.157,00	Pendente
NE2	ADUFPB	1) Débito total de R\$ 267.644,36, com pagamento à vista de R\$ 91.006,40 (jan/08) e 6 parcelas de R\$ 29.439,66, ref. quitação de débitos até o ano de 2007. OBS: Dos 6 cheques pré-datados utilizados no acordo, 3 deles, no valor de R\$ 29.439,66 cada (total: R\$ 88.318,98), ref. a parcelas 4, 5 e 6, foram SUSTADOS pela Seção Sindical. NOVO ACORDO: 1) 60 parcelas de R\$ 1.367,50, ref. a acordo Gestão 04/06, totalizando R\$ 82.050,00 (Está na 17ª parcela); 2) 30 parcelas de R\$ 8.555,02 ref. a 3 cheques sustados de R\$ 29.439,66 cada e os meses de janeiro a agosto de 2008 - incluindo fundos – totalizando R\$ 256.650,60 (Está na 5ª parcela). 3) No 54º CONAD realizado em Curitiba foi feito um novo acordo das parcelas anteriores e das contribuições de janeiro a maio/09, que até o momento não foi comprida.	R\$ 60.170,00 e R\$ 212.508,00 R\$ 272.678,00	Pendente
	ADUFEPE	No 54º CONAD foi feito o parcelamento do rateio de R\$ 4.763,10 em 4 parcelas de R\$ 1.190,77	Não identificamos pagamento até o momento.	

	ADUERN	1) Parcelamento de débitos, com parcelas de R\$ 107,36 (Está na 82ª parcela) e R\$ 159,37 (Está na 96ª parcela).		OK
	ADUFCG-PATOS	1) Pagará juntamente com a mensalidade de outubro de 2008, os meses de março, abril e maio de 2007; 2) Pagará juntamente com a mensalidade de novembro de 2008, os meses de junho, julho e agosto de 2007; 3) E pagará juntamente com a mensalidade de dezembro de 2008, os meses de setembro, outubro, novembro e dezembro de 2007.	Não identificamos pagamentos até o momento.	
NE3	ADUCSAL	1) 30 parcelas de R\$ 419,11 ref. débitos do mês de dezembro de 2007 e dos meses de janeiro a agosto de 2008 - incluindo fundos 2/30 (Pagou a 2ª parcela em 23/4/09). Último pagamento dia 23/4/09.	R\$ 11.316,11	Pendente
	ADUNEB	Até o momento não foi pago o rateio do 54º CONAD no valor de R\$ 991,98.	R\$ 991,98	Pendente
	ADUFS-BA	Até o momento não foi pago o rateio do 54º CONAD no valor de R\$ 93,27.	R\$ 93,27	Pendente
LESTE	ADUNIMONTES	1) 100 parcelas de R\$ 232,64, totalizando R\$ 23.264,00 (Está na 7ª parcela); 2) R\$ 170,01 ref. rateio III CONGRESSO Extraordinário.	R\$ 21.900,80 e R\$ 170,01 R\$ 22.070,81	Pendente
PLANALTO	APUG	1) 45 parcelas de R\$ 50,00 (Está na 27ª parcela). Pago em 23/10/07.	R\$ 900,00	Pendente
PANTANAL	ADUNEMAT	1) 100 parcelas de R\$ 300,00 (Está na 49ª parcela).	R\$ 15.564,33	OK
	ADUFDOURADOS	1) Fez acordo onde pagará, as mensalidades em atraso, Out/08 a Mar/09 até quitação total da dívida no valor de R\$ 4.500,56. (6X Parcelas). 1/6 Último pagamento 17/6/09.	R\$ 3.851,35	Pendente
SP	ADUNIMEP	1) Empréstimo de R\$ 6.000,00 (não incluso no acordo e não pago ainda ao ANDES-SN). 2) Outros débitos no valor total de R\$ 15.473,98, dividido em 7 parcelas, mais 15 parcelas de R\$ 1.031,60 cada.	R\$ 6.000,00 e R\$ 15.473,98 R\$ 9.473,98	OK
	ADUNESP	1) No 54º CONAD foi feito o parcelamento do rateio de R\$ 7.674,82 em 6 parcelas de R\$ 1.279,13 2) Pendente o pagamento do rateio do 52º CONAD no valor de R\$ 388,81, realizado em São Luís-MA.	Não identificamos pagamento até o momento.	
SUL	ADUNICENTRO	1) 18 parcelas de R\$ 250,00 (Está na 9ª parcela)	R\$ 2.250,00	OK
	APUFPR	1) Pendente o pagamento do rateio do 52º CONAD no valor de R\$ 4.639,29, realizado em São Luís-MA	Não identificamos pagamento até o momento	

	SINDUEPG	<p>1)O parcelamento da dívida correspondente ao período de junho de 2006 a junho de 2008, no valor total de aproximadamente R\$ 21.813,42 (incluindo os Fundos de Solidariedade e Mobilização) que será dividido em 24 parcelas, sendo assim divididas:</p> <ul style="list-style-type: none"> - total de R\$ 19.979,49 de contribuições mensais ao ANDES-SN, em 24 parcelas iguais de R\$ 832,48; - total de R\$ 799,18 do Fundo de Solidariedade, em 24 parcelas iguais de R\$ 33,30; - total de R\$ 1.034,75 do FNM, em 24 parcelas iguais de R\$ 43,11. <p>Está na 18ª parcela.</p>	R\$ 5.988,27	OK
	SESDUEM	<p>O parcelamento da dívida corresponde aos meses de Janeiro a Abril/09, no valor de R\$ 7.450,60 (Incluindo os Fundos de Solidariedade e Mobilização) dividido em 4 parcelas de R\$ 1.862,65. 1/4</p>	R\$ 5.587,95	OK

**TEMA 5 – PLANO DE LUTAS – GERAL, EDUCAÇÃO,
DIREITOS E ORGANIZAÇÃO DOS TRABALHADORES**

TEXTO 40

Contribuição dos professores Ester Wayne Nogueira, Helio Neis, Beatriz Weber de Moraes, Maria Julia Piaggio, Carlitos Schallenberger, Lia Tereza Rauber da Silva, Sônia Berenice da Silva Tolfo, Maria Beatriz Bolzan de Moraes Carnielutti, Zeferino Gilberto da Silva, Reinaldo Pedroso da Silva – Sindicalizados da SEDUFSM

TRANSPOSIÇÃO DOS PROFESSORES APOSENTADOS E PENSIONISTAS NA CONSTRUÇÃO DA CARREIRA.

TEXTO DE APOIO

É necessário resgatar o caminho percorrido pelos atuais professores inativos os quais, em sua grande maioria, o percorreu num período muito singular. Trata-se de uma época em que os cursos de pós-graduação eram muito raros no país e eram oferecidos em poucas áreas. Além disso, nesse período, poucos docentes conseguiam ausentar-se das IFES para fazer mestrado ou doutorado. Por esta razão, reconhecendo essas dificuldades, o MEC, ao elaborar uma nova carreira docente, permitiu a ascensão de todo corpo docente, ativos e inativos, aos níveis superiores, com exceção ao nível de Titular. Esses docentes, na época professores ativos, após se aposentarem viram as novas carreiras excluírem-nos, uma vez que têm sido rigorosamente mantidos na mesma classe e nível em que se deu sua aposentadoria, enquanto os professores ativos progrediam devido à implantação de novas carreiras docentes.

Salientamos esta particularidade porque muitos professores que hoje estão na ativa ignoram estas facetas do passado e, ignorando-as, não percebem que aderem ao jogo governamental que é de fazer economia à custa dos aposentados, através desse expediente.

O grupo de professores aposentados, abaixo subscrito, da SEDUFSM de Santa Maria -RS, retoma os textos abaixo, já aprovados nas diferentes instâncias da ANDES-SN, chamando a atenção de toda a categoria para seu conteúdo:

I - "Haverá isonomia remuneratória para os docentes da mesma classe e nível, bem como paridade entre pessoal da ativa, aposentados e pensionistas";

- Na implantação da carreira única e na definição das normas de transposição para a nova carreira, os direitos adquiridos, inclusive aposentadoria especial para professores de 1° e 2° graus dos atuais e ocupantes de cargo de professores das IFES, dos aposentados e pensionistas, serão respeitados integralmente.

- Serão enquadrados em classe e nível que mantenham e assegurem os direitos adquiridos na carreira anterior quando da transposição para a nova carreira "(26° Congresso do ANDES em Campina Grande 2007).

II - "Defender na implantação da carreira única e na definição das normas de transposição para a nova carreira:

- que os direitos adquiridos sejam respeitados integralmente, inclusive aposentadoria especial para professores do 1° e 2° grau dos atuais ocupantes de cargo de professor nas IFES, dos aposentados e dos pensionistas;

- que sejam enquadrados em classe e nível que mantenham e assegurem os direitos adquiridos na carreira anterior quando da transposição para a nova carreira (52° CONAD em São Luiz -MA I 2007);

Estas decisões foram reafirmadas no relatório da reunião da Comissão Nacional de carreira Andes-SN/Sinasefe-DF (anexo 1) – **Regional Sudeste 1 Brasília, 21 e 22 de outubro de 2007.**

Apesar disso, repetidamente os encontros maiores do ANDES têm dado pouca atenção a esse assunto tão decisivo para significativa parcela dos associados, que veem seus ganhos se apequenando de reforma em reforma, em especial os filiados provenientes das IFES. Sobre isso, os professores aposentados, considerando as consecutivas reduções salariais com que são afetados e a desatenção de boa parte dos dirigentes da nossa entidade maior, reiteramos o que foi dito acima, que

1. grande parcela dos que construíram o ANDES, seja participando das direções, seja enfrentando a luta do dia a dia em suas seções sindicais, nos primórdios da entidade, estão hoje aposentados ou falecidos e, portanto, representados pelos pensionistas, e estão angustiados porque veem que não encontram o devido respaldo em suas reivindicações junto à entidade de classe que ajudaram a construir.

2. na época em que muitos dos que acima estão arrolados (aposentados ou falecidos, representados pelos pensionistas), ao ingressaram na carreira do magistério superior, eram extremamente raros os cursos de mestrado e doutorado, não lhes tendo sido factível titular-se na pós-graduação. Além disso, a carga de trabalho frente ao aluno e nas outras atividades era tão acachapante que não lhes sobrava tempo para sonhar com esses almeçados títulos.

3. o percentual de aposentados entre os filiados ao ANDES, que participaram ativamente na construção do Sindicato, principalmente nas IFES, é extremamente elevado, razão pela qual deve-se dar-lhes maior atenção.

Além disso, recordam que no **54º CONAD, em Curitiba**, o mesmo grupo apresentou nova TR (nº 21) com o seguinte teor:

“1. Os atuais integrantes da Carreira do Magistério Superior serão enquadrados no Nível e Classe correspondentes àqueles que lhes assegurem o mesmo número de níveis que faltavam para alcançar o topo da carreira, isto é, o enquadramento dar-se-á na Classe e no Nível correspondente (n+4). 2. Os antigos integrantes da Carreira de 1º e 2º graus, que ocupavam a Classe E4 ou Titular, serão enquadrados na Classe e Nível correspondentes àqueles que lhes assegurem o mesmo número de níveis que faltavam para alcançar o topo da carreira.”

e que a decisão da plenária (por unanimidade) foi registrada assim no Relatório Final:

“Remeter os TR 20, 21 e 22 e demais propostas construídas nos seminários regionais e as carreiras dos professores das estaduais e municipais, para as seções sindicais, a fim de que sejam discutidos e aperfeiçoados para deliberação no 29º Congresso”.

Em vista disso, o Grupo de professores aposentados da SEDUFMSM retorna com a seguinte proposta de

TR - 40

O 29º Congresso do Andes – Sindicato Nacional aprova a seguinte proposta de luta:

1. Os atuais professores aposentados da Carreira do Magistério Superior e os Pensionistas serão enquadrados no Nível e Classe correspondentes àqueles que lhes assegurem o mesmo número de níveis que faltavam para alcançar o topo da carreira, isto é, o enquadramento dar-se-á na Classe e no Nível correspondente (n+4).

2. Os antigos integrantes da Carreira de 1º e 2º graus, que ocupavam a Classe E4 ou Titular, serão enquadrados na Classe e Nível correspondentes àqueles que lhes assegurem o mesmo número de níveis que faltavam para alcançar o topo da carreira.
3. que o enquadramento objeto dos itens 1 e 2 seja retroativo à implantação da alteração do plano de carreira e extensivo a possíveis novas alterações.
4. não sendo viável juridicamente esse enquadramento, que o ANDES encabece uma luta no Congresso Nacional pela aprovação de uma lei que restabeleça a vinculação entre os proventos dos professores da ativa e os aposentados do 2º Grau e do Ensino Superior, bem como dos pensionistas, que foram prejudicados através da reclassificação, objeto desta proposta e que o enquadramento, objeto dos itens 1 e 2, seja retroativo à implantação da alteração do plano de carreira e extensivo a possíveis novas alterações.

Contribuição dos professores Ester Wayne Nogueira, Helio Neis, Beatriz Weber de Moraes, Maria Julia Piaggio, Carlitos Schallenberger, Lia Tereza Rauber da Silva, Sônia Berenice da Silva Tolfo, Maria Beatriz Bolzan de Moraes Carnielutti, Zeferino Gilberto da Silva, Reinaldo Pedroso da Silva – Sindicalizados da SEDUFMS

TEXTO 41

Contribuição Prof. Francisco José Pereira de Campos Carvalho – Sindicalizado da APUFPR S.Sind.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE UMA NOVA CARREIRA

TEXTO DE APOIO

- Progressão salarial contínua através de anuênios e automática por mérito em função da obtenção de títulos universitários.
- Os anuênios são contados após o estágio probatório até a aposentadoria, e com um máximo de 35 anos. Percentual do anuênio a ser negociado (1,5%).
- O professor auxiliar no primeiro ano de carreira ganha um piso salarial, que deve negociado pelo sindicato (no mínimo o “antigamente recomendado” pelos conselhos regionais 9 SM).
- O teto máximo de remuneração deverá ser o do presidente da república.
- Progressão vertical automática, independente de titulação, por tempo conforme tabela a seguir.

Nível	Tempo para mudança de nível	Tempo acumulado para atingir o nível
Professor Auxiliar	Estágio probatório + 3 anos	Concurso inicial
Professor Assistente	6 anos	6 anos
Professor Adjunto	6 anos	12 anos
Professor Pleno	6 anos	18 anos
Professor Senior	6 anos	24 anos

- Progressão salarial automática por mérito em função de títulos universitários, sendo considerados títulos universitários: curso de especialização com mais de 360h, mestrado, doutorado, estágios no exterior de curta duração 3 a 6 meses, estágios no exterior de longa duração entre 1 e 2 anos. Proposta de progressão salarial acumulativa incorporada ao salário, que mostra percentuais que serão acumulativos e incorporados ao salário.
- Os títulos universitários podem ser repetidos, porém somente contam os títulos obtidos após a entrada na carreira.
- Progressão salarial automática por mérito em função de títulos universitários, conforme tabela a seguir.

Título universitário	Percentual de aumento
Especialização	5%
Mestrado	20%
Doutorado	40%
Estágio de curta duração	10%
Estágio de longa duração	20%

- Reclassificação salarial dos professores, inclusive dos aposentados, respeitando os cargos e títulos já obtidos, respeitando-se o conceito de não redução do salário, nos casos onde o recálculo possa ser menor que os valores atualmente recebidos.

TEXTO 42

Contribuição dos Delegados da Adusp - S. Sind. ao Congresso (Arsenio Peres, Carla Carvalho, César Minto, Flávio Tavares, Helder Garmes, João Zanetic, Kimi Tomizaki, Manoel Fernandes, Osvaldo Coggiola, Rosângela Sarteschi, Rubens Barbosa, Sérgio Souto).

CARREIRA DOCENTE

TEXTO DE APOIO

Os delegados da Adusp-S. Sind. trazem ao 29º Congresso do Andes-SN suas reflexões e proposições sobre o tema carreira docente, construídas ao longo do último ano, em função de: **1.** lutar contra a reforma da carreira aprovada pelo Conselho Universitário da USP em março passado; e **2.** defender eixos e princípios que vêm sendo discutidos nos vários eventos promovidos pelo Sindicato Nacional sobre esse tema, em especial nos ocorridos em 2009.

O trabalho intelectual deve ser essencialmente crítico e possui características artesanais que lhe são próprias e constitutivas, não podendo ser submetido a critérios ou indicadores utilizados no mercado ou na produção industrial. A discussão de novas carreiras docentes precisa contemplar tais características e não é lícito ignorar que atuais governos e reitorias têm tentado, em todas as esferas administrativas, impor carreiras que afrontam essa concepção.

Assim, partimos de dois pressupostos fundamentais: **1.** como representante dos docentes de ensino superior em todo o Brasil, o Andes-SN precisa buscar a concretização progressiva da tese “trabalho igual, salário igual”, ou seja, deve ter como horizonte que, em médio e longo prazos, seja possível construir uma carreira única do magistério superior; e **2.** ao propor novas carreiras docentes, o Andes-SN deve considerar a diversidade que caracteriza a referida profissão num país continental, vale dizer, precisa levar em conta as realidades que caracterizam o exercício profissional nas três esferas da administração pública (federal, estadual e municipal), mas também no setor privado, que nos dias atuais engloba a maioria dos docentes no ensino superior brasileiro.

A discussão da carreira tem sido sempre muito polêmica no movimento docente, pois ela tem relação com as diferentes concepções de universidade que se confrontam na contemporaneidade. Ademais, é bastante polêmica também porque muito frequentemente vem atrelada à ilusão de obtenção de ganho salarial.

Defendemos a construção de uma universidade crítica, que implemente de forma indissociável o ensino, a pesquisa e a extensão, tendo como eixo transformações sociais voltadas para os interesses da maioria da população brasileira.

Quanto à ilusão de ganho salarial com a carreira, alertamos que esse eventual ganho, que se dá no curto prazo, muito provavelmente resultará em perdas futuras. Por exemplo, a extensão do topo da carreira para além dos anos usuais de trabalho, a perda de isonomia entre docentes na ativa e aposentados etc. além do fato de que, na maioria dessas situações, como também acontece na proposta de carreira para as estaduais paulistas, pretende-se dividir o mesmo montante de recursos de modo a “estimular” a competição entre pares. E isto ocorre de forma simples: limita-se o número de docentes a serem contemplados por uma potencial progressão horizontal via avaliação (segundo a tradição, para considerar “todo o corpo docente” teria que se

mexer em bases quantitativas...) e joga-se o ônus de qualquer exclusão para a “assim demonstrada” incompetência do excluído!

Na universidade crítica que propugnamos, a carreira docente deve ser estruturada de tal modo que favoreça a colaboração – nos mesmos grupos envolvidos com ensino, pesquisa e extensão – entre pesquisadores / professores com larga experiência e aqueles iniciantes, que por certo trariam para a universidade o arrojo do entusiasmo, o benefício da dúvida e a contribuição da criatividade, num processo contínuo de debate inteligente com o mundo.

Tal organização manteria de maneira harmônica a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e contribuiria para intensificar a luta pela democratização e humanização da vida e das relações acadêmicas, denunciando o produtivismo (o termo “produtivite” seria mais adequado?) que tem sido imposto, como superexploração do trabalho na universidade, acompanhado da diminuição constante (em valor real) de verbas públicas destinadas a garantir todas as atividades-fim da universidade. Diga-se, de passagem, que a pressão exacerbada pelo tipo de “produção” que tem sido incentivada não é nem do interesse da população, que sustenta a universidade pública, e nem sequer do próprio corpo docente.

Por outro lado, a organização proposta, ao privilegiar a atuação coletiva, possibilitaria intensificar a denúncia e a luta contra o absoluto “laissez faire”, por parte do patronato, que reina no setor privado, em desrespeito impune às condições mínimas de trabalho e à organização sindical.

Neste sentido, a carreira docente deve ter uma estrutura simples e transparente, baseada na formação continuada; pautada pelos princípios da ascensão por titulação, obtida em sessões públicas, e da progressão por tempo de serviço, esta marcada por quinquênios ou mecanismos similares, adotados automaticamente, como forma de reconhecer e valorizar a dedicação contínua ao trabalho docente.

É oportuno esclarecer que, atualmente, a carreira docente na USP, assim como na Unesp e Unicamp, constitui-se de três categorias ou classes: doutor, associado e titular. A reforma da carreira na USP, aprovada pelo Conselho Universitário em março de 2009, que acrescentava um nível intermediário para doutores e dois níveis para associados, se instituída, dificilmente ficará imune aos critérios produtivistas pretendidos pela reitoria (diga-se, pelas administrações em geral). É preciso impedir que isto aconteça, pois se trata de mais um mecanismo capcioso para viabilizar a introjeção de características produtivistas nas instituições, já tão favorecidas pelos critérios de avaliação da pós-graduação, entre tantos outros.

Combatendo esse tipo de reforma, o posicionamento da Adusp – aprovado pelo seu Conselho de Representantes e por suas Assembleias – utilizou, e os traz ao 29º Congresso do Andes-SN, os seguintes argumentos: 1. não foi apresentada nenhuma motivação acadêmica que justificasse o açodamento da aprovação da referida reforma, contrariando a necessidade de uma discussão profunda de suas implicações no médio prazo; e 2. houve aceno a supostos ganhos salariais, via introdução dos citados níveis intermediários (que, de fato, ocorreriam apenas utilizando a mesma sobra orçamentária, não disponibilizada nas negociações salariais, que permitiu à reitoria da USP implantar um abono salarial no ano passado, denominado “prêmio de excelência acadêmica”); 3. a introdução desses níveis exacerbaria ainda mais a tendência produtivista presente na universidade, sobretudo nos últimos anos; 4. tal introdução quebraria a isonomia de tratamento entre os docentes na ativa e os docentes aposentados.

Ao contrário, defendemos uma reforma de carreira docente propondo que ela: 1. se inicie no docente graduado ou, pelo menos, com título de especialista ou mestre; e 2. seja desvinculada da estrutura de poder da universidade.

Uma carreira de estrutura aberta, simples e transparente – nos moldes aqui propostos – privilegiaria a formação de um quadro docente mais jovem, integrando, por meio de critérios acadêmicos bem definidos, o ensino, a pesquisa e a extensão, e promoveria uma verdadeira autonomia universitária, que, ademais, contemplaria a plena liberdade da produção do saber, aliada a um ensino de boa qualidade e à realização de pesquisa e extensão socialmente referenciadas.

Por fim, cabe questionar qualquer pretensão de ganho salarial via “reforma” da carreira. A conquista de uma carreira docente nos moldes aqui propostos impõe a adoção de um plano de lutas que, entre outros pontos, contemple: 1. concretizar nossa bandeira de mais verbas para a educação e para o desenvolvimento cultural, científico e tecnológico do país; 2. enfrentar – com propostas e dados – as políticas adotadas pelas agências de fomento; e 3. lutar pela implementação de fundos de pesquisa em cada universidade, constituídos a partir de recursos orçamentários e administrados democraticamente pelas próprias instituições.

TR - 42

1. A carreira docente deve pautar-se nos seguintes EIXOS orientadores:

1.1. contemplar categorias ou classes correspondentes à formação continuada / titulação;

1.2. valorizar o tempo de serviço, de forma automática, por meio da adoção de anuênios, biênios, triênios etc. ou de mecanismos equivalentes.

2. A carreira docente deve ser construída com base nos seguintes PRINCÍPIOS:

2.1. respeito institucional irrestrito à indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão;

2.2. estrutura aberta, com ingresso em qualquer categoria ou classe apenas por meio de concurso público;

2.3. dedicação exclusiva como regime de trabalho preferencial;

2.4. estrutura simples, baseada na formação continuada / titulação existente hoje nas universidades brasileiras: graduação, especialização, mestrado, doutorado, livre docência e titularidade;

2.5. desvinculação da estrutura de cargos na gestão universitária;

2.6. condições de trabalho que não comprometam a saúde e a segurança do docente, e considerem a complexidade de uma atividade que envolve relações humanas, construindo garantias mínimas de salubridade profissional;

2.7. paridade de remuneração e de direitos entre os docentes da ativa e os aposentados;

2.8. vinculação a um plano nacional de capacitação docente.

3. O Andes-SN deve postergar a definição de uma ESTRUTURA específica de carreira nacional para o Congresso de 2011 (mas não a de EIXOS e PRINCÍPIOS), acompanhando passo a passo a implantação de carreiras docentes nos diversos estados e municípios, analisando suas possíveis consequências para o magistério de ensino superior no Brasil.

TEXTO 43

Contribuição da Assembleia Geral da ADUFPEl SSind.

CARREIRA DOCENTE

TEXTO DE APOIO

A discussão sobre carreira para os docentes das Instituições de Ensino Superior acompanha a história do ANDES-Sindicato Nacional. Nos anos de 2008 e 2009 este tema esteve em pauta em diversos momentos, culminando com a realização do Encontro Nacional de Carreira, em novembro de 2009, na sede do Andes-Sindicato Nacional, em Brasília. Tendo como referência o trabalho realizado neste Encontro, a ADUFPEL encaminha ao 29º Congresso do Andes-Sindicato Nacional para aprovação os seguintes princípios gerais eixos e princípios norteadores da carreira docente:

TR – 43

I- Princípios Gerais da Carreira Docente

- 1- Ingresso por concurso público;
- 2- Titulação;
- 3- Regime de Trabalho de 20h e DE com explicitação dos editais de concurso público destes regimes;
- 4- Paridade;

II- Eixos Norteadores da Carreira Docente

- 1- Formação/Titulação;
- 2- Tempo de Serviço automático na forma de Anuênio, biênio, triênio e quinquênio;

III- Princípios Norteadores da Carreira Docente

1. A carreira docente deve ser entendida como estímulo do crescimento e desenvolvimento dos docentes no desempenho de suas atividades acadêmicas e não apenas como recurso de acréscimo salarial;
2. Dada a complexidade de uma atividade que envolve relações humanas, as instituições devem garantir as condições de saúde e segurança indispensáveis à humanização do trabalho acadêmico;
3. Preservar no detalhamento da carreira o princípio da diversidade existente hoje no que se refere aos diferentes níveis de formação/titulação (graduação, especialização, mestrado, doutorado, livre docência e titularidade), não vinculado a estrutura da carreira docente.
4. A carreira deve conter princípios do caderno 2,
 - a) *Ensino público, gratuito, democrático, laico e de qualidade para todos. Considerando que a educação, em todos os níveis, é um direito público e dever do Estado a sua manutenção, o ensino privado deve ser entendido como uma concessão*

pública e, portanto, submetido ao interesse e controle públicos. Autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial

b) A autonomia da instituição na gestão de seus recursos e no dimensionamento de sua produção, na composição das instâncias de execução e de deliberação, bem como na escolha de direção e representação, está indissociavelmente vinculada ao exercício pleno da democracia. A autonomia também se expressa pela garantia de uma independência da universidade em relação às entidades mantenedoras, seja qual for a sua figura jurídica.

c) Democratização interna e liberdade de organização

A prática democrática concretiza-se na participação da comunidade universitária nos processos decisórios, seja pela atuação dos órgãos colegiados, seja pela organização sindical. É fundamental que, além da decisão política em torno de sua realização, a gestão democrática seja garantida nos regimentos das IES.

d) Indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão

O princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão reflete um conceito de qualidade do trabalho acadêmico que favorece a aproximação entre universidade e sociedade, a auto-reflexão crítica, a emancipação teórica e prática dos estudantes e o significado social do trabalho acadêmico. A concretização deste princípio supõe a realização de projetos coletivos de trabalho que se referenciem na avaliação institucional, no planejamento das ações institucionais e na avaliação que leve em conta o interesse da maioria da sociedade.

além dos que estão no item “e”, (e) *Condições de trabalho dos docentes*

A consolidação de um padrão unitário de qualidade para o ensino superior exige a implementação de algumas condições para o trabalho docente, tais como: carreira unificada para as instituições de ensino superior, isonomia salarial, estabilidade no emprego, carga e estrutura curricular, regime de contratação, concursos públicos de provas e títulos para ingresso na carreira, critérios para aprovação de projetos de pesquisa, política de capacitação docente, etc.)

que trata das condições de trabalho docente e acrescentar: Regime Jurídico Único, isonomia salarial entre docentes em exercício e os docentes aposentados (resguardar os direitos dos aposentados); deve-se contemplar um equilíbrio salarial entre início, meio e final da carreira.

5. A relação entre os valores do salário no início e no final da carreira não deve exceder 3 vezes;

6. Estrutura simplificada de carreira com 5 classes correspondentes de formação/titulação, com 4 níveis em cada classe. A denominação das classes deverá ser decidida no 29º Congresso do Andes-SN.

7. A última classe da carreira terá apenas um nível.

8. Carreira de estrutura aberta, com ingresso em qualquer nível, mediante concurso público e progressão respeitando o tempo de serviço e formação/titulação; A carreira deve ter critérios claros de promoção.

9. O trabalho docente pressupõe as atividades de ensino, pesquisa, extensão, gestão universitária e exercício de mandato sindical;

10. A carreira deve manter o padrão unitário de qualidade (é necessária uma atualização do caderno 2, p. 30);

TEXTO 44

Contribuição da Assembleia Geral da ADUFPel S.Sind.

APOSENTADORIA

TEXTO DE APOIO

Desde o governo Collor, passando por Fernando Henrique e continuando no governo Lula, que as sucessivas Emendas Constitucionais referentes à previdência, deixam clara a intenção de rebaixar os valores das aposentadorias do Regime Geral a um piso achatado com o passar do tempo. Percebe-se que a tendência é de nivelar todos os valores ao salário mínimo. Para o Regime Próprio, dos servidores públicos federais, civis e militares, a intenção parece ser a mesma. O estabelecimento de um teto, acima do qual o servidor deverá optar por um plano de aposentadoria privado; as alterações na carreira docente que empurram os aposentados que se encontravam próximo do topo cada vez mais para baixo, são fortes indícios dessa intenção.

Membros do atual Governo não escondem esse objetivo ao admitir abertamente que não lhes preocupa a situação dos aposentados: ... “aposentado, aposentou-se”. Foi o que disse o secretário do MPOG, deixando claro que o atual governo, assim como seus antecessores, consideram os aposentados como peças descartáveis.

Diante dessa situação, durante as discussões ocorridas no XIV ENCONTRO NACIONAL SOBRE ASSUNTOS DE APOSENTADORIA do ANDES-SN, em Brasília, de 04 à 06/12/2009 verificou-se que é preocupante que tenhamos em nosso plano de lutas nesse tema (item 29) a *luta pela Previdência Social Pública, única*, pois isso reforça a intenção do governo de nivelar a todos, por baixo.

Além disso, ficou claro o entendimento que o serviço público, por ter características diferenciadas da iniciativa privada deve manter um Regime Próprio de previdência.

Com base no exposto é que apresentamos o seguinte

TR - 44

O 29º Congresso do ANDES-SN delibera por

Suprimir do Plano de Lutas – Direitos e Organização dos Trabalhadores, na sessão que trata de Aposentadoria, o item 29: *intensificar a luta pela Previdência Social Pública, única, assegurando a aposentadoria integral para todos os trabalhadores, de forma a garantir esse princípio tanto aos do setor público quanto aos do privado.*

TEXTO 45

Contribuição da Assembleia Geral da ADUFPel S.Sind.

APOSENTADORIA

TEXTO DE APOIO

A proposta de número 30 do plano de lutas, *"realizar, no primeiro semestre de 2010, em conjunto com a CONLUTAS, um encontro nacional sobre assuntos de aposentadoria, reunindo trabalhadores e servidores públicos das três esferas (municipal, estadual e federal)"*, coloca para o ANDES-SN uma tarefa que extrapola seus limites de atuação. O encontro deve sim ser realizado mas, pela CONLUTAS e deverá ter, sem dúvida, o apoio do ANDES-SN.

TR - 45

O 29º Congresso do ANDES-SN delibera por

Suprimir do Plano de Lutas – Direitos e Organização dos Trabalhadores, na sessão que trata de Aposentadoria, o item 30.

TEXTO 46

Contribuição da Assembleia Geral da ADUFPeI S.Sind.

APOSENTADORIA

TEXTO DE APOIO

O GTSS-A reunido em Santa Maria, durante o V Encontro de GTs de 23 a 25/10/2009, tirou como um de seus encaminhamentos a elaboração de um “Perfil do Docente Aposentado”. No XIV ENCONTRO NACIONAL SOBRE ASUNTOS DE APOSENTADORIA do ANDES-SN em Brasília, de 4 a 6/12/2009 um painel tratou desse assunto, abordando as razões para elaborar esse perfil, as áreas a serem pesquisadas e a metodologia a ser utilizada.

O objetivo principal dessa pesquisa é obter-se uma visão clara e abrangente do universo dos docentes aposentados do ANDES-SN, que auxilie na definição de uma política do Sindicato para esse segmento que corresponde a aproximadamente metade dos sindicalizados.

Dessa discussão surgiu a proposta de elaborar-se, também, um banco de dados com informações referentes a todos os docentes sindicalizados, quer estejam em atividade, quer sejam aposentados.

TR - 46

O 29º Congresso do ANDES-SN delibera por

Autorizar o GTSS-A a desenvolver os estudos visando realizar, em conjunto com as S.Sind., uma pesquisa para traçar o Perfil do Docente Aposentado, bem como elaborar um banco de dados dos docentes ativos e aposentados. A proposta deverá ser elaborada pelo GTSS-A e enviada às S.Sind. para avaliação e contribuições no primeiro semestre de 2010. Depois de aprovada pelo GTSS-A deverá ser encaminhada à Direção Nacional, com proposta de ser submetida à aprovação pelo CONAD para ser implementada no segundo semestre de 2010.

TEXTO 47

Contribuição da Assembleia Geral do SINDUEPG

SUGESTÕES (E DESAFIOS) PARA UMA POLÍTICA DE COMUNICAÇÃO AO ANDES-SN

*“O sr. Keuner encontra o sr. Wurr, um crítico de jornais.
'Sou um grande adversário dos jornais', diz o sr. Wurr, 'não quero saber de nenhum jornal'
E o sr. Keuner responde: 'Sou o maior adversário dos jornais, quero outros jornais'”
(Bertolt Brecht)*

TEXTO DE APOIO

A comunicação, historicamente, foi – e continua sendo – um problema aos movimentos sociais no Brasil. A proposta que segue visa ampliar um debate em torno da busca de diretrizes para uma Política Pública de Comunicação ao ANDES-SN.

Sugere-se, pois, que a leitura do texto não seja entendida como uma crítica direta ou imediatista ao modo vigente de fazer comunicação na entidade. Antes, como um convite ao debate para que, a curto e médio prazo, o ANDES-SN tenha melhores condições de avançar num setor que, apesar do crescimento da entidade em nível nacional, ainda carece de diretrizes, capazes de indicar modos de informar, publicizar e interagir com os mais diversos setores da sociedade civil organizada, em especial os grupos e movimentos que partilham de problemas similares ao ANDES-SN e que, no entanto, pouco existe de partilha em termos de interação estratégica no cotidiano das lutas sociais.

Para isso, três pontos são fundamentais: 1) o que se entende por 'comunicação'? 2) Em que cenário/contexto se fala na busca de diretrizes de comunicação? 3) E o que o ANDES-SN pode fazer, não como direção sindical, mas como uma entidade representativa dos docentes das Universidades Públicas Brasileiras, onde demandas e problemas regionais vão além de eventuais leituras únicas ou previsíveis. Daí alguns desafios, apresentados como contribuição a um debate ainda frágil, na maioria das ADs e/ou Seções Sindicais.

1) Uma Outra Comunicação... se possível, libertária!

É provável que qualquer rápida enquête sobre o papel da mídia na vida cotidiana da população oscile entre as marcas de uma dominação histórica e o uso indevido dos meios/espacos de comunicação, típico da completa ausência de uma política pública ao setor. Contudo, os atores sociais que disputam hegemonia – como modos de pensar, viver e agir – não podem ignorar a eficácia na representação de tais valores e o diálogo, como estratégia constante de se fazer presente no espaço social.

E, em tempos de convergência digital, não é possível limitar qualquer ação política à escolha de um outro dispositivo técnico de circulação informativa. A chamada Era da Informação ou Sociedade Midiática, mais que uma marca da contemporaneidade, integra, perpassa e aproxima os humanos, nos mais diversos aspectos da vida social. Com os movimentos sociais não pode(ria) ser diferente! O que se tem, entretanto, como traço característico do uso indevido da mídia no Brasil, é a apropriação de meios ao controle de poucos grupos (empresariais, familiares ou de políticos) que deixa uma expressiva parcela da população na condição de mero usuário, sem condições de expressão de seus variados modos de pensar, viver e agir.

Tal apropriação contribui, em muito, para manter relações de dominação econômica, política, religiosa e/ou cultural, numa clássica situação de controle hegemônico da exclusão.

Nesta perspectiva, a Comunicação, aqui entendida, não atua como mera instrumentalização de modos de pensar – centralizada, em geral a partir de um grupo dirigente – aos demais grupos e/ou base de sustentação política. Antes, trata-se de entendê-la como espaço instituinte, onde se constroem – atualizam, questionam ou impõem-se cotidianamente – representações, crenças e valores sociais.

2) O problema não é exclusividade do ANDES-SN

Ao longo das últimas décadas, na mesma proporção em que a mídia foi sendo reinventada por outros suportes técnicos (do cinema, rádio, tv, chegando à web e TV digital), a batalha foi se deslocando de pólos concentrador, mas ainda assim a comunicação permanece distante da luta por direito humano e social.

Os movimentos sociais, contudo, foram avançando, se não no rumo concreto da democratização da mídia, ao menos em ações integradas na defesa de políticas públicas para o setor. Desde o final da ditadura militar (1984), quando a mídia passa a explorar a 'democratização' como estratégia de fortalecimento (registrando índices de audiência superiores a 80% em um único canal televisivo, que opera em sintonia com outros produtos midiáticos), setores da sociedade civil passam a levantar a bandeira do direito à comunicação, paralelo aos demais direitos fundamentais. É, pois, da virada dos anos 1980/90, o surgimento do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC), a luta pela radiodifusão comunitária (que, malgrado os problemas de alcance, tem assegurado em lei a partir de 1998) e também a TV a Cabo, que conta com um canal comunitário em sua primeira legislação da TV segmentada no País, em 1995. A integração tecnológica, contudo, também foi fortalecendo o poder da 'grande mídia'.

A demanda social por políticas públicas foi, aos poucos, ganhando adesão, em suas mais variadas formas, chegando à realização da 1ª Conferência Nacional de Comunicação, em 2009. Pode-se questionar tudo, até aí, mas é no mínimo estranho o silêncio do ANDES-SN, seja do ponto de vista político ou estratégico, em não entrar numa luta que envolveu os mais diversos movimentos sociais em defesa de diretrizes públicas para a Comunicação. O silêncio, aí, tem um duplo e estranho sentido: para além da suposta opção pelo silêncio, ignorar uma demanda social histórica é tão ou mais complicado que temer a legitimação do espaço Conferência! E, vale dizer, não foi por falta de tempo que o referido debate não ganhou qualquer espaço nas instâncias do ANDES-SN. Afinal, em julho/09, por ocasião do CONAD (Curitiba/PR), a 1ª Conferência Nacional de Comunicação já estava oficialmente convocada e os movimentos sociais acentuavam o diálogo para pautar a ausência de democratização da mídia brasileira.

Diante de tal silêncio, é preciso reconhecer que membros de inúmeras seções/ADs se envolveram diretamente na mobilização e luta por uma mídia democrática, plural e socialmente útil. O silêncio do ANDES-SN, portanto, diante da demanda de um real problema social no País, parece que foi atropelado pela emergência/atualidade de uma demanda coletiva. Tal posição, consciente ou não, defensável ou incoerente, indica um pouco o que se entende por Política de Comunicação no nível do ANDES-SN. É hora, portanto, de pautar o problema! E, talvez, um primeiro passo seja o reconhecimento de que, até o momento, o debate em torno de tal problema ainda é raro ou frágil.

3) O que temos? E para onde vamos?

Uma rápida consulta ao material informativo disponível no site do ANDES-SN indica o modo como é trabalhado (ou não) o setor de Comunicação da entidade. Para além da não atualidade do material disponível (*InformAndes*, *Rádio Andes/SN* ou mesmo o link para Notícias/Artigos/Entrevistas – www.andes.org.br/imprensa/).

A seção de Publicações (*Revista Universidade e Sociedade*, *Cadernos* e as cartilhas temáticas) que, estranhamente, parece um espaço à parte da 'Imprensa', oscilam entre materiais de campanha publicitária esporádica e um esforço de periódico científico (uma vez que carecem de periodicidade sistemática)... como se fossem produzidas por diferentes grupos que pouco dialogam sobre um mesmo problema de ação estratégica: a Comunicação Social.

Em dezembro/09, representantes de alguns sindicatos ligados a Conlutas estiveram reunidos (em BH, 12/12/09) para discutir o “desafio de construir uma Política de Comunicação para uma central sindical e popular, que engloba trabalhadores e estudantes oriundos das mais diversas atividades, experiências coletivas e regiões do país”. Pelo pouco relato e informação que chegou às ADs/Seções do ANDES-SN, os avanços teriam ficado no plano de dicas operacionais entre a preocupação com a linguagem, uso do Twitter e a urgência de atualização informativa. Bom, mas talvez não o suficiente, quando se pode entender que uma Política de Comunicação vai além e envolve/perpassa as mais diversas ações de um grupo gestor.

O interessante é que os documentos dos Congressos do ANDES-SN, ao longo dos últimos anos, discutem os mais diversos assuntos, temas e orientações estratégicas de intervenção militante – Ciência & Tecnologia, Meio-Ambiente, Gênero & Etnia, Plano de Lutas de gestão e temporada, Política Agrária, Direitos Sociais. E a Comunicação? No último CONAD, o tema merecer um parágrafo, apenas (na página 128, que se limita em indicar ações, num esforço supostamente padronizado de orientação:

“Lutar, em conjunto com entidades e movimentos organizados da sociedade civil, principalmente o Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC), para apresentar um programa político para o setor de comunicação, considerando o debate dos projetos que se encontram em tramitação no Legislativo e no Executivo Federais, na disputa pela regulamentação da radiodifusão, da TV digital e demais tecnologias visando ao desenvolvimento de uma tecnologia que contemple os interesses da sociedade brasileira”.

E, no entanto, silencia-se quando as mesmas entidades acima listadas como 'parceiras' vão à luta pela democratização... na Iª Conferência Nacional de Comunicação, que aconteceu entre os meses de julho e outubro (nos municípios e regiões), em novembro (nos Estados e DF) e em dezembro/09 em nível federal.

Breves Desafios!

“..En la lucha de ideas, las ideas que no se conocen no luchan...” (Felap)

Um ponto de partida, diante do claro desafio de busca de elementos para uma Política de Comunicação ao ANDES-SN, pode ser o questionamento do que atualmente se faz, como se faz, e de que modo as entidades tratam o espaço/campo da comunicação, para além dos boletins oficiais ou discursos dos dirigentes sindicais.

Se a eficácia das ações políticas perpassa a comunicação, de que modo tais ações adquirem forma e visibilidade, quando não há clareza da contribuição possível que os espaços/meios representam no cotidiano de tais entidades?

Como discutir políticas de C&T se as redes de informação não integram o debate e envolvem os próprios modos de 'comunicar' de nossas entidades sindicais?

A comunicação para o ANDES-SN continua sendo instrumental ou já adquiriu um caráter 'instituinte', em que os espaços de representação ganham forma e materialidade na 'apresentação' e visibilidade das iniciativas de luta dos movimentos sociais?

Que diálogo, concreto e constante, as seções do ANDES-SN mantêm com os movimentos sociais que defendem a democratização da mídia brasileira?

Quais as relações entre as ações editoriais que envolvem o setor de publicações do ANDES-SN (produção da Revista, Cadernos e Cartilhas temáticas) e o setor de imprensa?

Enfim, tais preocupações, se não resolvem, podem inicialmente tornar público um debate que não pode ficar restrito às ações dirigentes, pois devem ser de domínio dos docentes, que militam e acompanham as ações do ANDES-SN em defesa da Universidade Pública, de melhores condições de vida e trabalho, já não mais apenas aos professores filiados, mas à grande maioria da população brasileira. Tais questões podem indicar elementos para uma Política de Comunicação...

TEMA 6 – PLANO DE LUTAS - SETORES

TEXTO 48

Contribuição do prof. Althen Teixeira Filho – Sindicalizado da ADUFPel S.Sind.

FINANCIAMENTO DE CAMPANHAS POLÍTICAS; PÚBLICO OU PRIVADO?

TEXTO DE APOIO

A nossa história recente mostra a implantação de muitos projetos empresariais que não guardam qualquer relação com os interesses nacionais.

FHC deu início e Lula continuou desfigurando a Constituição Federal, moldando-a aos interesses privatistas nacionais e estrangeiros, muito embora, hoje, as empresas sequer se preocupam em respeitar qualquer lei. Conta para isto com uma população que é "trabalhada" diariamente pela imprensa comercial, induzindo que todo o político é ladrão e que a propina é algo normal, fazendo-a apática e indiferente frente ao número de escândalos e impunidades. O exemplo atual de indiferença popular é para com o presidente do senado, José Sarney, que, mesmo com todas as denúncias e comprovações de irregularidades, continua no cargo. Neste ambiente a corrupção política cresce exponencialmente e o "cidadão expectador" acostumou-se com uma sequência de escândalos entre diária e semanal; matérias jornalísticas com meia informação e sem qualquer formação.

FHC deu início e Lula aprimorou a "bolsa família", indo além do auxílio necessário e humano, transformando-a em mendicância institucional e em forte moeda eleitoral. Também visando o pleito, o governo copia do passado as mesmas táticas dos tiranos imperadores romanos - dar ao povo pão e circo para distraí-los, enquanto o Estado se decompõe moralmente e a corrupção graça com liberdade. O espetáculo de arena ressurgiu com bilhões aplicados na TV digital e, a grande novidade, as bolsas incluem celulares com créditos pagos com dinheiro público. Tais ações revolvem um ciclo vicioso; atende-se os interesses das empresas, que garantem financiamento no próximo pleito, para terem seus interesses atendidos. Os processos eleitorais são encenações teatrais cada vez mais caras e ilusórias, pura fantasia para enganar e iludir os eleitores. Os "marqueteiros" criam peças para quem pagar mais, sem se importar com siglas partidárias. Duda Mendonça fantasiou de Maluf a Lula, acumulando somas milionárias em paraísos fiscais.

Com o financiamento privado de campanhas, as empresas compram o seu "político particular", visando os mais fiéis, baratos, subalternos e antiéticos. Os frutos de ter um compadre com mandato não pode ser menosprezado, já que defenderão no legislativo e executivo seus projetos, mirando fortunas advindas de cofres públicos. O comprometimento do político com quem o financia subtrai-lhe a isenção e o negócio passa a ser cobrança de favores. O financiamento desconhece ideologias ou regras, mas mira um princípio; sempre ter alguém em algum cargo! Eis porque um candidato recebe R\$ 100.000.00, enquanto o seu oponente ferrenho receberá o mesmo ou o dobro. Não importa quem vença, mas sim manter o enraizamento dos interesses particulares em governos que se sucedam.

E as ações são do tipo mafiosas. As "sobras de campanha" geridas por PC Farias mostram o risco de atuar com financiamentos particulares. Afastado o chefe (Collor) ele fugiu para o exterior e, pouco tempo depois de voltar, apareceu morto numa casa

de praia cercada por seus seguranças. A "versão oficial" insistiu com laudos de patologistas na lora do suicídio, mas a "queima de arquivo" era evidente. Com isto, o "novo governo" de Itamar Franco já indicava que estava em contato ou associado às mesmas forças "financiadoras-corruporas-criminosas" da era Collor! Ou até de antes!

A utilização dos valores recebidos vão desde o "caixa um", variando para "caixa dois", "caixa três", "restos de campanha", "financiamento por fora", "financiamento não declarado", invencionice corrupta de candidatos e empresas. No RS, por exemplo, Yeda Crusius e o marido são acusados pelo MPF, entre outras, de terem feito uso de doações eleitorais ainda durante a campanha. Afoito, o casal nem teria esperado o final da eleição e já saíram a gastar.

Em abril de 2009 um escândalo focou a Construtora Camargo Corrêa, por envio de dólares ilegalmente ao exterior, superfaturado obras públicas e "lavado" dinheiro. Estampava a manchete: *"Base e oposição descartam CPI sobre Camargo Corrêa / 55% dos congressistas atuais receberam doações legais de construtoras, segundo o TSE / Para líder de partido aliado, CPI sobre a Camargo seria 'destampar uma panela de pressão'; opositor diz que haveria 'efeito dominó'.* O texto: *Em conversas reservadas com a Folha, deputados e senadores governistas e da oposição disseram que não há a menor chance de criação de uma CPI para investigar a empreiteira Camargo Corrêa, alvo da Operação Castelo de Areia, da Polícia Federal. As empreiteiras deram contribuições financeiras legais para 55% dos atuais congressistas, segundo dados fornecidos ao TSE (Tribunal Superior Eleitoral) - sem contar eventuais doações ilegais (grifo nosso). Um líder de partido aliado ao governo disse que investigar a Camargo Corrêa equivaleria "a destampar uma panela de pressão". Um deputado da oposição afirmou que poderia haver um "efeito dominó" - começar a investigar a Camargo Corrêa e chegar a outras empresas. Há também interesses específicos dos aliados do presidente Lula em jogar contra uma CPI. A Camargo Corrêa, segunda empreiteira com maior receita líquida no país, tem boa relação com o PT e com a ministra Dilma Rousseff (Casa Civil), potencial candidata à Presidência em 2010. Além disso, a construtora participa de várias obras do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), sendo vista como uma parceira do governo para tocar investimentos do pacote de obras de Lula para tentar mitigar efeitos negativos da crise econômica. Os dois tucanos presidenciais, os governadores José Serra (SP) e Aécio Neves (MG), também são apontados como políticos que possuem boas relações com a empreiteira. A Camargo Corrêa foi a maior doadora individual da campanha de Serra à Prefeitura de São Paulo, em 2004, com R\$ 1 milhão. Aécio foi o quarto político que mais recursos recebeu das empresas do grupo em 2006, com R\$ 379 mil. Como o governo Lula tem maioria ampla na Câmara e maioria numérica no Senado, dificilmente uma CPI prosperará, ainda mais sem entusiasmo da oposição. A ideia de uma CPI para investigar relações da Camargo com a Petrobras, aventada pela oposição, é vista pelo Planalto como um blefe. A Camargo Corrêa fez apostas em políticos com posições vitais no Congresso. Entre os destinatários das doações, nove ocupam cargos de comando no Congresso, dois são ex-presidentes da Câmara e dois, dirigentes partidários. Em 2006, as doações diretas das empresas feitas a candidatos ou a comitês financeiros somaram R\$ 16,7 milhões, valor que teve acréscimo de pelo menos R\$ 6,3 milhões doados naquele ano a PT, DEM e PSDB (doações somente no nome da Camargo Corrêa), que geralmente repassam esses recursos para os candidatos. Entre as doações feitas diretamente (sem passar pelos caixas dos partidos), o hoje secretário-geral do PT, José Eduardo Cardozo (SP), recebeu R\$ 160 mil. O líder do partido no Senado, Aloizio Mercadante (SP), recebeu R\$ 200 mil. O líder da bancada petista na Câmara, Candido Vaccarezza (SP), R\$ 90 mil. Os ex-presidentes da Câmara Arlindo Chinaglia (PT-SP), com R\$ 210 mil, e Aldo Rebelo (PC do B-SP), com R\$ 250 mil, também foram beneficiários das doações. Na época, Aldo era o presidente da Câmara. O atual ocupante do cargo, Michel Temer (PMDB-SP), recebeu R\$ 50 mil. Entre a oposição, estão na lista*

deputados tucanos como Paulo Renato (SP) e Edson Aparecido (SP), que receberam R\$ 100 mil cada um. O presidente do DEM, Rodrigo Maia, obteve doação de R\$ 50 mil. Também em 2006, a Camargo Corrêa doou R\$ 3,5 milhões para o comitê de reeleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Ao comitê do candidato tucano à Presidência, Geraldo Alckmin, foram R\$ 785 mil. Nas últimas eleições, as de 2008 (para prefeitos e vereadores), o grupo Camargo Corrêa diz ter doado R\$ 23,9 milhões a partidos políticos e candidatos." (Kennedy Alencar/Ranier Bragon - Folha de São Paulo - 05/04/09).

E, de fato, a CPI não prosperou! Mais da metade do Congresso Nacional optou por não investigar crimes cometidos pela empresa que os havia financiado à campanha eleitoral; os congressistas foram comprados, pois agiram como comprados! Mas tal fato tem outra face gravíssima, ao envolver o presidente da República, chefe de ministros e todos ordenadores de despesas; a *"boa relação com o PT e ministra Dilma"* desestabiliza a própria democracia!

A ação das "papeleiras" corrobora a certeza da busca dos benefícios próprios. Em 2006 a Aracruz, Stora Enso e VCP repassaram R\$ 7 milhões, somente nos estados onde elas têm plantações. O financiamento é aviltante, pois os candidatos de todo o Brasil neste mesmo pleito informaram ter recebido R\$ 1.428.964.749,52 – um bilhão, quatrocentos e vinte e oito milhões de reais! Lula declarou R\$ 91.490.670,71 – sem contar o valor do partido, e Geraldo Alckmin informou R\$ 81.923.624,75. Ainda, deve-se computar o valor "por fora" repassado em "doações ocultas". Foi noticiado que, *"além de doações eleitorais, a Camargo Corrêa utilizou o expediente da "contribuição oculta" no pleito de 2006. Foram R\$ 6,35 milhões a PT, PSDB e DEM. Trata-se de um dribble na lei eleitoral: a doação é feita aos partidos, que distribuem o recurso aos candidatos. Assim, perde-se o vínculo direto entre doador e beneficiário. Em 2006, a empreiteira doou R\$ 2,85 milhões ao Diretório Nacional do PSDB, o que fez dela a segunda maior contribuinte do partido no ano. O PT veio em segundo lugar, recebendo R\$ 2 milhões, sua quarta maior empresa doadora. O DEM foi o destinatário de mais R\$ 1,5 milhão (Folha de S. Paulo – 26/03/2009). Para o pleito de 2008 em São Paulo, foi calculado que as doações ocultas somaram 72% da verba dos candidatos.*

No mundo de negócios uma empresa que aplica R\$ 30 milhões exige retorno com lucros. *"Empreiteiras recebem R\$ 296 mi de Azeredo / As seis empreiteiras que, de acordo com a Polícia Federal, fizeram doações clandestinas de R\$ 8,2 milhões para a campanha de 1998 à reeleição do então governador mineiro e atual senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) receberam R\$ 296 milhões em pagamentos por obras na sua gestão (de 1995 a 1998)." (Thiago Guimarães - Agência Folha - BH).*

Ainda da operação "Castelo de Areia" surgiu a notícia do repasse de valores a políticos. *"Fiesp rebate PF e diz que é "entidade apolítica" / A Fiesp divulgou nota..., não se envolve com campanhas políticas..., é uma entidade apolítica, independente, voltada aos interesses coletivos da indústria paulista e da sociedade brasileira..., não se envolve, de maneira alguma, em eventuais relações entre empresas do setor que representa e partidos políticos ou os candidatos deles. A nota da entidade nem sequer menciona a possibilidade de envolvimento do presidente no caso (Paulo Skaf), apesar de ter sido informada pela Folha." (Folha de São Paulo - 26/03/09).* Entretanto, quatro dias depois emite outra nota; *"Fiesp admite relação com partidos mas nega distribuição de dinheiro / A Fiesp divulgou nota nesta segunda-feira na qual admite a relação institucional de empresas com partidos mas negou a suspeita de distribuição de recursos a políticos citada na Operação Castelo de Areia, da Polícia Federal."* Não obstante, no mesmo dia afirma em outra nota; *"Por fim, a Fiesp esclarece que não contribui com nenhum tipo de recurso, financeiro ou de qualquer outra espécie, para partidos políticos e/ou candidatos".* Todavia, notícia de 2008 contraria tudo o que foi afirmado; *"Indústria do fumo ajudou a eleger 12 deputados e 1 senador em 2006 / Congressistas de sete partidos -tanto da base governista quanto da oposição -*

receberam, na última campanha, dinheiro da indústria do tabaco. Em 2006, o setor aplicou R\$ 1,7 milhão em campanhas; No PSDB, o único a receber ajuda foi Arnaldo Madeira (SP) -R\$ 25 mil. O tucano diz ser "o maior antitabagista" no Congresso. Segundo ele, a ajuda veio através da Fiesp" (Folha de São Paulo, 05/10/08 - Maria Clara Cabral - Sucursal Brasília). Num mundo sem ética a falsidade é uma moeda valiosa!

A análise mostra a busca das empresas por políticos em sintonia de princípios, que não são necessariamente os republicanos. Aliás, quanto mais antiético e ladrão melhor, pois este só se aproximará do coletivo para buscar o voto, gerando a "*res publica*" primeiro em seu benefício e do financiador (reeleição, vantagens financeiras pessoais, desfrute de mordomias), depois para o partido (hegemonia de "currais políticos") e o que resta são as questões atinentes ao povo. Este procedimento forma quadrilheiros, onde o cotejamento com a ética e moral são desconsiderados. Este procedimento constrói um legislativo que teve como presidentes - eleitos pelos seus pares, figuras como Antônio Carlos Magalhães, Jader Barbalho, Renan Calheiros, José Sarney, Severino Cavalcanti e João Paulo, todos envolvidos em processos de conduta inadequada para o cargo (para dizer o mínimo). Temos uma categoria crescente de políticos que, deixando de praticar a boa política, agora participam de campanhas calcadas em expressivas somas financeiras. A maioria dos trabalhadores do RS e do Brasil não conseguem, sequer, mensurar os valores juntados e jamais receberá, ao longo de suas vidas, uma soma que se aproxime destes dados exorbitantes. Este campo é fértil para o "lobby" das madeireiras, do cigarro, das bebidas, do agronegócio, das empreiteiras, da indústria farmacêutica... O "fator financiamento eleitoral" sufoca a política ética e, principalmente, os bons políticos sofrem com tal desvirtuo eleitoral. Caso não consigam financiamento, não têm como competir com campanhas dispendiosas e ilusórias de seus oponentes. Com tais princípios financistas temos uma sequência de escândalos, na maioria dos casos, sem qualquer consequência para os infratores. O que é ético para o povo, já não mais o é para esta nova linhagem de carreiristas e a situação só tende a piorar, pois esta conduta se aprofundará progressivamente, formando câmaras de gestão pública ainda mais calamitosas. Por um lado, fica fácil antever o incremento dos assaltos de bilhões que serão efetivados nos cofres que os brasileiros enchem com trabalho árduo, tramados por matilhas sedentas a surrupiar valores que deveriam ser aplicados em saúde, educação, geração de empregos. Por outro, aumentarão os "repasses" através de planos desenvolvimentistas mirabolantes, levados a efeito por administradores comprados, corrompidos e sempre visando o próximo pleito.

A mídia mostra políticos que não têm mais cerne, só casca; os que têm brilho, não têm substrato; os que têm fala, carecem de conteúdo; os que administram, o fazem em causa própria; o projeto dos partidos é permanecer no poder, mas não atender aos interesses coletivos. O fiasco é notório! Forjou-se na população a falsa ideia de que "todo o político é ladrão e corrupto" e, não há exagero ao afirmar que muitos brasileiros aceitariam de bom grado o fechamento do Congresso e Senado, sem entender o correto, preciso e precioso valor da política.

Por fim, lembremos que o número destes políticos comprados será cada vez maior (certamente alcançando a maioria), estarão distantes dos interesses coletivos, formando câmaras de gestão públicas cada vez mais calamitosas, não atendendo demandas, por exemplo, da saúde e educação. Nos movimentos empreendidos pelo ANDES, como a busca de apoio em câmaras de vereadores, assembleias, congresso e senado, teremos apoio escasso, emperrando avanços, alongando greves, dificultando negociações.

TR - 48

- 1.** O ANDES deve buscar outros sindicatos e entidades representativas, no sentido de iniciar um grande movimento pelo financiamento público das campanhas eleitorais.
- 2.** Para tanto deve elaborar e repassar às sessões sindicais um texto explicitando claramente os motivos de tal atitude, promovendo o convencimento qualificado dos cidadãos.
- 3.** O acolhimento de valores da iniciativa privada - pessoa física ou jurídica, só será aceito para ser depositado num fundo único e em conta do TSE, para que seja distribuído equanimemente entre os partidos políticos.

TEXTO 49

Contribuição dos professores Carlos Alberto Pessoa Mello Galdino, Eronivaldo Fernando Dantas Pimentel, Francisco Jaime Mendonça, Franklin Tupinambá Paes de A. Vieira, Guilherme Costa Varela, Helena Maria Barros Padilha, Irani de Farias Coutinho, Jane Sheila Higino, Jarbas Souza, José Audísio Costa, José Luis Simões, Juliana Carrazone Borba, Márcia de Barros Correia, Marcos José Vieira de Melo, Marsílio de Alencar Sá Leitão, Jane Sheila Higino, sindicalizados da ADUFEPE-SSIND.

PARÂMETROS PARA A NOVA CARREIRA DOCENTE

TEXTO DE APOIO

Os sindicalizados consideram relevante que no 29º Congresso se delibere as questões da Carreira Docente. As discussões foram realizadas nas reuniões do GT-Carreira local, nas assembleias e na participação de reuniões nacionais.

TR – 49

O 29º CONGRESSO delibera que a Carreira Docente deve ter os seguintes parâmetros:

1. Correlacionar à nova carreira com a atual, para garantir a equiparação salarial entre ativos e aposentados;
2. Manter a equivalência as cinco (5) classes atuais (auxiliar, assistente, adjunto, associado e titular) considerando em cada classe a titulação;
3. O ingresso deve ser no início da nova carreira independente da titulação;
4. A classe dos titulares deve ser a última classe da nova carreira, com o acesso por progressão vertical;
5. Priorizar o regime de dedicação exclusiva - DE;
6. Incorporar as gratificações ao salário básico;
7. A progressão vertical (entre as classes), por memorial, definido de acordo com a autonomia das IES;
8. A progressão horizontal (dentro da classe) a cada 18 meses, automática, independente de memorial

TEXTO 50

Contribuição da Assembleia Geral da SESDUFT, realizada em 18/12/2009

DOCENTES DO ENSINO SUPERIOR – A HORA É DE LUTAR E DE AFIRMAR A NOSSA DIGNIDADE!

TEXTO DE APOIO

Ao nos encontrarmos com os professores nos corredores da universidade o que percebemos é o desespero da distância e a lamentação. Tod@s, sem exceção, se queixam da quantidade de trabalho, da sobrecarga que todos temos e do que não conseguimos realizar, acarretando muitas perdas e, por conseqüência, muitos lutos.

Questões que são muito caras a vida de ser professor estão cada vez mais escassas, a exemplo de estudar, de pesquisar. Perguntamo-nos - onde está nosso tempo? Conversar simplesmente com os colegas é humanamente impossível, porque não temos mais tempo. O tempo com nossos alunos torna-se cada dia mais escasso. E ser professor, professora pressupõe ainda o convívio em sociedade, o direito ao lazer, a família etc.

Nas assembleias de docentes, espaço este que deve ser de discussão, o número de participantes é reduzidíssimo. Aliás, nesse espaço, todos reclamam: somos poucos, e ainda cobramos o que o sindicato está fazendo ou o que não está realizando para que as pessoas compareçam em um número tão reduzido. Precisamos assumir que o sindicato somos nós, e que quem milita na busca por melhorias para a categoria são os mesmos docentes que estão assoberbados de trabalho e ainda se dispõem a doar mais do tempo que não possuem.

Todos nós, docentes, temos excelentes idéias, iluminadas. Levamo-nas para os espaços de discussão? Diríamos que sim, diante de nossas possibilidades, porque mais uma vez, o fator tempo é um impedor.

Assistimos, por outro lado, nos últimos anos à desconstrução da importância do trabalho docente em geral e, em particular, nas universidades. A falta de verba para a “sustentação do ensino superior”, a falta de autonomia plena e, em especial, o arrocho salarial levam de, um lado, à desvalorização da profissão e, de outro, à busca de formas compensatórias para ter um salário digno ao final do mês. Não é casual que cada vez mais se assista o acirramento da competição entre os professores no âmbito interno das universidades (bolsas de pesquisa, de docência, Parfor, UAB etc.). Como, de modo evidente, não há bolsa para todos, tal competição leva à assimilação do “ethos” mercadológico (fazendo com que as universidades sejam vistas como organizações ao estilo de empresas, flagrantemente isto sendo visto nas formas de atualizações institucionais) e à fragmentação da vida política nas universidades, com o individualismo sendo a expressão maior.

De todas as formas de desvalorização, aquela que é mais visível, perceptível, concreta, sentida a cada mês, é aquela concernente ao salário. Após a greve de 2005, e do acordo promovido pelo Governo com a associação PROIFES, que nunca representou os docentes de ensino superior, encontramos-nos frente a um “reajuste” indigno e cujos percentuais já estavam defasados antes mesmo de sua implementação. Ao longo destes anos, as coisas apenas se agravaram. Para se ter uma idéia, vejamos o seguinte quadro:

CARGO	SALÁRIO INICIAL (R\$)
Auditor Fiscal do Trabalho (graduação)	13.067,00
Delegado e Perito criminal – Polícia Federal (graduação)	12.992,70
Analista de Planejamento e Orçamento (graduação)	12.413,65
Técnico de Planejamento e Pesquisa do IPEA (graduação)	10.905,76
Especialista em Regulação de Serviços Públicos - Agências Nacionais de Regulação (graduação)	8.389,60
Escrivão – Polícia Federal (graduação)	7.317,18
Pesquisador em Informações Geográficas e Estatísticas – IBGE (graduação)	6.747,67
Tecnologista em Informações Geográficas e Estatísticas – IBGE (graduação)	6.648,03
Agente – Polícia Federal (graduação)	5.447,44
Técnico de Planejamento e Controle MPOG (graduação)	4.887,27

Diante disso, fica evidente que o salário do Docente do Ensino Superior é um dos piores, que acarreta todo este processo de desmotivação pela carreira docente em todos os seus níveis.

Assim, faz-se necessária a participação e a organização dos docentes na defesa dos seus direitos e por um salário compatível com a função e a importância que tem a educação superior na construção de um país soberano e democrático. A nossa força deve ser demonstrada neste ano de ações e decisões políticas. Recuar ou perder esta oportunidade significa não ter confiança no próprio trabalho.

É hora de darmos um basta a toda falta de respeito com a nossa universidade, patrimônio da sociedade brasileira, um basta à falta de respeito com os docentes, um basta à miséria do salário que recebemos.

TR - 50

1. Lutar pelo aumento salarial, com greve imediata, sem início do primeiro semestre letivo de 2010;
2. Rever a tabela proposta pelo ANDES-SN de 2009 tomando como referência a tabela do Grupo de Gestão do MPOG, que tem como base o salário de R\$ 10.905,76;
3. Afirmar a luta sindical da classe docente, defendendo a unidade e os interesses da categoria.